



CAIRU 100 ANOS
CONSTRUINDO ALICERCES

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

CPA

**PROJETO DA AUTO-AVALIAÇÃO
DA
FUNDAÇÃO VISCONDE DE CAIRU**

DEZEMBRO DE 2004

MANTENEDORA: FUNDAÇÃO VISCONDE DE CAIRU

DIRIGENTES DA MANTENEDORA

PRESIDENTE:

Walter Crispim da Silva

VICE-PRESIDENTE:

Mazinete Vasconcelos Lemos

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

COORDENADORA:

Luzia Viana da Fonseca

REPRESENTANTE CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Vera Lúcia Santos Souza

REPRESENTANTE DISCENTE

Carlos Alberto Santos

REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL

Marta Maria Gomes

SUMÁRIO

| | | |
|---------|---|----|
| 1 | Introdução | 5 |
| 2 | Justificativa | 6 |
| 3 | Fundamentação Teórica | 7 |
| 3.1 | A avaliação institucional | 8 |
| 3.1.1 | Critérios, pressupostos básicos e princípios da avaliação institucional | 9 |
| 3.1.2 | Objetos, objetivos e metas da avaliação Institucional | 14 |
| 3.1.3 | Projeto de acompanhamento do desempenho da avaliação institucional | 15 |
| 3.1.4 | Indicadores e instrumentos da avaliação institucional | 18 |
| 3.1.5 | Matriz orientadora dos procedimentos de avaliação institucional segundo o Sinaes | 19 |
| 3.1.5.1 | Dimensão 1 – Organização Institucional | 19 |
| 3.1.5.2 | Dimensão 2 – Corpo social | 24 |
| 3.1.5.3 | Dimensão 3 – Infra-Estrutura Física e Logística | 27 |
| 4 | Relato das experiências com avaliação institucional da Fundação Visconde de Cairu | 30 |
| 5 | A Comissão Própria de Avaliação - CPA | 31 |
| 5.1 | Procedimentos e localização da CPA | 33 |
| 5.2 | A auto-avaliação da Fundação Visconde de Cairu – Estrutura Organizacional da CPA | 33 |
| 6 | Metodologia | 37 |
| 7 | Estratégia de ação para a auto-avaliação da FVC | 38 |
| 8 | Recursos humanos e materiais | 42 |
| 9 | Cronograma da atividades da auto avaliação da FVC | 43 |
| 10 | Meta-Avaliação | 44 |
| 11 | Resultados pretendidos na auto avaliação e avaliação externa | 44 |
| 12 | Referências | 45 |
| | Anexos | 46 |

1. INTRODUÇÃO

A Fundação Visconde de Cairu - FVC é uma Instituição centenária, todos os seus anos foram dedicados a construir educação, iniciou suas atividades com um curso técnico, voltado para atender às exigências do comércio local, criando em 12 de março de 1905 na cidade de Salvador, Estado da Bahia, a Escola Comercial da Bahia, com o objetivo de produzir a cultura técnica, preparando profissionais de alto nível, e, formando mãos-de-obra para o comércio e do cômputos desta cidade. Sem fins lucrativos e de atividade educacional, a FVC iniciou sua trajetória com ensino comercial, nos moldes adequados à realidade social, econômica e legal daquela época. Este fato culminou com a criação do Curso Superior de Economia e Finanças, curso pioneiro, por ser o primeiro na área, no Estado.

Na época de sua criação, funcionava como Sociedade Civil, posteriormente se transformando em Fundação através da Lei nº 1.423, de 27/11/1905, sendo reconhecida como entidade de utilidade pública federal, estadual e municipal, equiparando-se às escolas comerciais existentes no país, mantendo oficialmente os cursos: Geral, equivalente ao Ensino Médio Profissionalizante e o Superior, com o título de Bacharel em Comércio e Fazenda, desdobrado mais tarde em Contador, Administração e Fazenda.

Em 1944 passou a se denominar Faculdade de Ciências Econômicas, continuando a oferecer os cursos já referidos, que em decorrência da encampação pela Universidade Federal da Bahia, passou a ter a denominação de Curso de Ciências Contábeis e Atuarias e Cursos de Ciências Econômicas da UFBA. Além destes, a Fundação continuou a manter a Escola Técnica de Comércio (nível médio) formando técnicos em contabilidade, mais tarde, em 1946, criou o curso de bacharelado em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis (FACIC).

Em 1999 de acordo com o Processo de Conselho Estadual e Educação No. 268/1999 DOU de 26/11/98, o Colégio Comercial da FVC passou a se chamar Centro Integrado de Ensino Médio e Profissional - CIEMP.

No ano de 1994, preocupada com a qualificação acadêmica e pedagógica do seu corpo docente, criou dois cursos de pós-graduação “Lato Sensu” – Auditoria e Metodologia do Ensino Superior. O sucesso dos cursos levou a Fundação a criar, no mesmo ano, o Centro de Pós-graduação e Pesquisa Visconde de Cairu (Ceppev). Em 1997, criou o mestrado em Contabilidade, credenciado e avaliado pela Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, colocando-o como o melhor entre os sete existentes no Brasil. Atualmente, estão em funcionamento no Ceppev dois cursos de especialização, dois MBAs e cinco cursos de mestrado.

Em 2000, a Fundação ampliou seu leque de atividades no âmbito da graduação, criando a Faculdade Visconde de Cairu (FAVIC) que oferece os cursos de bacharelado em Administração com habilitação em Gestão de Negócios, em Administração com habilitação em Análise de Sistemas, em Administração com habilitação em Marketing, em Administração com habilitação em Comércio Exterior e em Turismo. Em 2002 através da Portaria nº 2736, de 12 de dezembro de 2001 foi criado o curso de Administração em Agronegócio. Em 2003 através da Portaria Nº 1311, de 22/05/2003 foi criado o Instituto Superior de Educação – ISE, publicado no DOU de 26/05/2003. O Curso Normal Superior com Licenciatura em Educação Infantil foi autorizado pela Portaria Nº 2133, de 06 de agosto de 2003, e publicado no DOU de 08/08/2003.

Como atividade de extensão, criou em 2002 o Núcleo de Assessoria a Entidades Públicas e Privadas (NAEP), que presta serviços à sociedade baiana na área contábil. Participam deste programa professores e alunos dos cursos de Administração, de Ciências Contábeis e de Turismo.

1.1 – A MISSÃO DA FUNDAÇÃO VISCONDE DE CAIRU

A Fundação Visconde de Cairu tem como missão a *“PROMOÇÃO DA EXCELÊNCIA DA EDUCAÇÃO, CONTRIBUINDO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO IGUALITÁRIO, FRATERNAL E LIBERTÁRIO, DENTRO DOS PRINCÍPIOS SAGRADOS DA MORAL, DA ÉTICA E DA ESTÉTICA”*.

Sendo seus objetivos:

- cuidar da formação humana e profissional da sua comunidade discente, docente e técnico-administrativa, oferecendo à sociedade cidadãos e cidadãs aptos para o convívio social;
- promover a transmissão, criação e a difusão dos conhecimentos, por meio de um ensino de qualidade nos níveis de Ensino Médio e Ensino Superior (graduação e pós-graduação) e também da pesquisa e extensão, voltadas para a interação com o setor educacional, empresarial e da prestação de serviços à sociedade;
- graduar profissionais competentes, capazes de acompanhar a velocidade da modernidade do mercado;
- integrar a graduação e a pós-graduação, através do ensino, pesquisa e extensão.

2- JUSTIFICATIVA

A avaliação institucional é um instrumento fundamental para todo e qualquer organismo social que esteja em busca do desenvolvimento, da qualidade e do aperfeiçoamento constante dos empreendimentos humanos, assim pode-se partir do seguinte questionamento: Por que se avalia? Em primeiro lugar porque o conhecimento detalhado da IES, sua organização, funcionamento e os resultados de todos os seus elementos pessoais, funcionais e materiais, é imprescindível para auxiliar a gestão organizacional, na tomada de decisões mais coerentes, e, que vão garantir a melhoria da qualidade da Instituição. Essa qualidade deve ser considerada aqui, no seu sentido formativo, com ênfase nas inter-relações da comunidade acadêmica, para facilitar a construção dos significados, em situações concretas; e segundo, porque se procura adequar o projeto às exigências legais, deixando claro que a Fundação Visconde de Cairu acredita na avaliação, como forma de melhoria do seu fazer acadêmico.

A proposta para um Sistema Integrado de Avaliação Institucional assinala o caráter articulado da avaliação, que deverá reunir atividades-meio e atividades-fins, permitindo analisar a inter-relação e o fluxo dos vários setores de uma Instituição, para poder produzir um diagnóstico mais orgânico dos processos, bem como, articular o modelo de gestão e os indicadores de qualidade às ações avaliativas, proposta em primeira instância pela própria Instituição, e, em seguida pelo MEC.

Para esclarecer o que seja Avaliação Institucional, nada melhor que utilizar palavras de Ana Maria Saul: *“É um processo de contínuo aperfeiçoamento do desempenho acadêmico e da prestação de contas à sociedade, constituindo-se em ferramenta para o planejamento da gestão e do desenvolvimento da educação superior, devendo questionar a relevância da produção universitária numa perspectiva que se opõe a propósitos tecnoburocráticos e autoritários. Visa engajar os agentes da ação educativa na universidade, num processo de autocrítica e de transformação, comprometendo-se com o delineamento e com a execução de um projeto de universidade onde a participação garante o envolvimento daqueles que vivem o cotidiano da universidade, na sua construção e ou reconstrução”*.

O processo de avaliação deve ser o contraponto da proposta institucional, desenvolvida pela Instituição de Ensino Superior, buscando atender a uma tripla exigência da instituição contemporânea:

- 1ª) ser um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico;
- 2ª) ser uma ferramenta para o planejamento e para a gestão universitária;
- 3ª) ser um processo sistemático de prestação de contas à sociedade.

Isso significa acompanhar metodicamente as ações, a fim de verificar se as funções e prioridades determinadas coletivamente estão sendo realizadas e atendidas. É este contraponto entre o pretendido e o realizado que dá sentido à avaliação.

Não se pretende, porém, que todas as discordâncias, dúvidas e contradições, características do cotidiano acadêmico, venham a desaparecer, pois a avaliação deve contribuir para revelar, preservar e estimular a pluralidade construtiva da Instituição acadêmica.

Acentua-se que não é possível avaliar sem definir rumos mais amplos que determinem o que se deseja para o ensino, a pesquisa e a extensão, quais são as funções da instituição perante a sociedade, ou seja, a avaliação requer parâmetros e decisões claras, por parte da comunidade acadêmica e dos gestores das IES, e, como bem esclarece Dias Sobrinho (2000), tais definições extrapolam o campo técnico e avançam para as questões políticas e filosóficas. *“A avaliação institucional tem uma grande força instrumental e uma considerável densidade política [...]. Em outras palavras, a avaliação institucional é um campo de disputas que ultrapassam as questões mais aparentes e formais da organização e do gerenciamento das instituições*

educativas. É um campo de lutas em que estão em jogo questões de fundo, pois se reconhece, ainda que nem sempre se declare, a força da avaliação institucional como ação de grande impacto da universidade. [...]. Estas considerações implicam a necessidade de intervenção sobre a natureza e os fins da universidade, sobre seu papel no desenvolvimento de uma determinada sociedade, sua interferência crítica ou sua participação cooperativa na consolidação de tendências de âmbitos globais. [...] Tudo isto tem a ver com os destinos da IES e com o desenvolvimento de toda a sociedade”.

A avaliação institucional é um agente de modernização administrativa na educação, uma vez que contribui significativamente, para que a IES repense suas práticas administrativas, técnicas e pedagógicas, ao mesmo tempo em que reflete o seu papel na sociedade como produtora e socializadora de um saber capaz de compreender e transformar a realidade.

Longe de um processo premiativo, punitivo ou neutro, a avaliação institucional busca o crescimento da IES como um todo, como uma prática multifacetada, contínua, processual e dinâmica. Nesse contexto, um estudo crítico é importante para o conhecimento da comunidade acadêmica. A avaliação não pode ser tratada de forma dicotomizada, como se a IES existisse fora de uma totalidade social e histórica mais ampla e se constituísse como uma entidade independente do social. A avaliação é um processo de reflexão sistemática, metódica, organizada e intencional, que permite à IES voltar-se a si mesma, na busca da qualidade da Educação, e, torna-se mais transparente e comprometida com as transformações sociais. A avaliação sistemática de uma instituição não poderá se transformar em apenas mais um objeto de estudo acadêmico, mas deverá usar a comunicação como instrumento, para socializar os problemas, os desafios e as intervenções necessárias, para dirimir as falhas existentes, consertar o que estiver errado.

Justifica-se a avaliação institucional como parte do projeto pedagógico da escola, ao mesmo tempo, em que é objeto da avaliação. Nesse aspecto, os marcos doutrinários da IES estarão voltados para o compromisso social, a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a integração de atividades-meio e atividades-fins sendo estes seus princípios norteadores.

3 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

“O conceito de avaliação que se constitui nos estudos e reflexões da Comissão Especial de Avaliação – CEA, tem como idéias centrais, entre outras, as de integração e de participação – conceitos fundamentais para a construção de um sistema de avaliação capaz de aprofundar os compromissos e responsabilidades sociais das instituições, bem como promover os valores democráticos, o respeito à diversidade, a busca de autonomia e a afirmação da entidade”. (Sinaes – da concepção a regulamentação).

A proposta do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, busca assegurar, entre outras coisas, a integração das dimensões internas e externas, particular e global, somativo e formativo, quantitativo e qualitativo e os diversos objetos e objetivos da avaliação. O sistema de avaliação deve articular de forma coerente, concepções, objetivos, metodologias, práticas, agentes de comunidade acadêmica e de instâncias do governo. A avaliação ajuda a construir uma concepção de educação superior socialmente comprometida com seus objetivos e funções, assim a avaliação da Fundação Visconde de Cairu procurará seguir todas as determinações contidas neste novo sistema de avaliação.

A avaliação institucional implica pensar a faculdade como uma unidade que se constrói no inter-relacionamento e/ou indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, ela é o instrumento central, organizador da coerência do conjunto.

O foco principal dos processos avaliativos são as IES, exceto para os casos de Instituições que só possuam um curso. A avaliação aqui priorizada é a institucional. Sob três aspectos:

- a) o objeto de análise é o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades de uma IES; dentre outros aspectos, ensino-pesquisa-extensão, administração, responsabilidade e compromissos sociais, formação, e outros.
- b) os sujeitos da avaliação são os conjuntos de professores, estudantes e egressos, funcionários e membros da comunidade externa especialmente convidados ou designados; e

- c) os processos avaliativos seguem os procedimentos institucionais e se utilizam da infra-estrutura da própria instituição.

“A avaliação institucional organiza os diversos instrumentos avaliativos de acordo com o princípio da integração. Os diversos estudos, reflexões e valorações são articulados em função da compreensão global da IES. A presente proposta, de uma avaliação institucional constituída basicamente pelo processo de auto-avaliação, que se completa com a avaliação externa, será por sugestão da Comissão Especial de Avaliação - CEA organizado por uma instância do MEC denominada de Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). Além disso, a avaliação institucional, tanto na dimensão interna, quanto na externa, incorpora as informações e os resultados de outros instrumentos, tais como o Censo da Educação Superior, o Cadastro das Instituições de Educação Superior, a avaliação feita pelas comissões da Semtec, a avaliação da Pós-Graduação, e propõem a criação de um novo instrumento em substituição ao ENC, o Processo de Avaliação Integrada do Desenvolvimento Educacional e da Inovação da Área (Paideia), colocando-os numa perspectiva de globalidade. Assim, pensados em referência à totalidade, estes instrumentos deixam de ser fragmentados ou isolados e adquirem um significado de conjunto.

Coerente com o anteriormente tratado, o Sinaes deve se fundamentar em princípios e objetivos francamente vinculados ao ideário público da educação superior. Deve envolver, em ampla participação, a comunidade educativa e membros da administração central” (Sinaes: da concepção a regulamentação).

3.1 – A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional, de acordo com o Decreto 2026/96, configura-se como uma atividade obrigatória a ser realizada nas Instituições de Educação Superior, objetivando estabelecer um controle de qualidade deste nível de ensino, tanto por mecanismos externos, quanto internos.

“É de fundamental importância que um processo de auto-avaliação ocorra com a participação efetiva da comunidade institucional, pois esta assegura a auto-análise, quando a instituição se pensa, repensa e viabiliza planos de ação que impliquem em mudança e desenvolvimento” (Marilza Suanno, 2002).

A Avaliação Institucional procura identificar os aspectos que dificultam e/ou facilitam a ação acadêmica/institucional, assim como implementar estratégias de intervenção, para corrigir rumos, consolidar sua ação pedagógica e alcançar efetivamente maior qualidade institucional.

O conceito de qualidade vai além das relações de custo/benefício e eficiência e eficácia, buscando outras variáveis que permitam sinalizar o desempenho da Fundação. A qualidade é vista no inter-relacionamento de suas ações, nos resultados efetivos que produzem, quando referenciadas nos objetivos éticos, sócio-políticos e pedagógicos que a norteiam.

Essencialmente formativa e concebida como problematização, questionamento e reflexão sobre a ação, a avaliação institucional vai além da coleta de informações, procurando envolver aspectos humanos, políticos, sociais, culturais e contextuais, com uma conotação não de punir, mas de promover melhorias. Como avaliação formativa, os benefícios não estão nos resultados finais, mas em seus processos de ação e em suas construções coletivas, ao longo da ação educativa, tendo a participação da comunidade acadêmica lugar de destaque.

Tomando por base a sua Missão, as Normas Legais, o Projeto de Desenvolvimento Institucional, o Projeto Pedagógico Institucional, os respectivos Projetos Pedagógicos dos Cursos, de Pesquisa e de Extensão, uma IES deve realizar sua Avaliação Institucional pretendendo: avaliar a *graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão*; demonstrar e subsidiar a qualidade do que produz; propiciar a credibilidade do que faz no contexto interno e externo, e, utilizar os resultados da avaliação no (re) planejamento e tomada de decisão, tendo por base as normas legais sobre avaliação institucional.

A Avaliação Institucional defende a descentralização dos trabalhos, no sentido de ajustar a avaliação às peculiaridades do curso, sem perder de vista a unidade, para possibilitar tomadas de decisão rápidas, eficientes e responsáveis. Nesse sentido, resgatar o cotidiano num clima de discussão e diálogo, tem dimensões políticas e educativas, que valem tanto para o sujeito, como para o coletivo.

3.1.1 - CRITÉRIOS, PRESSUPOSTOS BÁSICOS E PRINCÍPIOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Para ter sucesso, a implantação de um processo de avaliação institucional necessita atender a alguns pressupostos básicos, a saber:

a) a adesão à avaliação por parte de toda a comunidade acadêmica da Faculdade - professores, funcionários técnico-administrativos e alunos e egressos é extremamente importante para o sucesso da qualidade do ensino e da Instituição como um todo. Entretanto, a adesão só pode acontecer se houver uma conscientização do papel da avaliação como um processo que não pretende ameaçar ou punir.

b) a avaliação deve ser coletiva, participativa e livre de ameaças. – Ela não deve ser imposta pelos dirigentes de cima para baixo, como um processo autoritário e punitivo. Deve ser desejada por todos como um instrumento que ajudará os professores a serem melhores professores e os alunos a serem melhores alunos, deverá estar ligada aos resultados obtidos e ao que deve ser feito para melhorá-los. A ética do processo e a segurança do propósito da avaliação deverão levar todos a confiarem e a desejarem que ela faça parte do seu dia-a-dia;

c) uso dos resultados - Para subsidiar a tomada de decisões, os resultados da avaliação devem proporcionar mudanças rápidas e correções dos problemas que prejudicam o desempenho dos docentes, dos cursos e da Instituição. O conhecimento dos resultados produz um processo de auto-análise, de autocrítica que faz com que haja motivação e desejo de mudar a situação. Nessas condições, os resultados devem ser utilizados imediatamente como subsídios para promover as mudanças necessárias;

d) a avaliação deve envolver aspectos quantitativos e qualitativos - O processo de avaliação ficará mais completo e enriquecido se forem usados dados quantitativos que permitam a análise estatística de relações e efeitos, bem como se forem usados os métodos qualitativos que permitam a análise, descrição e exame da situação sem a preocupação de quantificar as informações.

O processo de avaliação desenvolver-se-á em cinco etapas: (1) preparação (elaboração do projeto), (2) planejamento, (3) sensibilização, (4) desenvolvimento (ações), (5) consolidação: relatório, divulgação, balanço crítico.

3.1.1.1 Critérios

Os critérios gerais estabelecidos para a Avaliação Institucional:

- ⇒ mérito, ao analisar a qualidade e excelência das atividades dos processo/produto;
- ⇒ relevância, ao verificar o impacto do trabalho realizado frente à ciência, à educação e à sociedade em geral;
- ⇒ impacto social e avanços, ao gerar novas descobertas e mudanças significativas.

O Ensino e as atividades de Pesquisa e Extensão são avaliados no contexto onde são desenvolvidos, considerando principalmente seus objetivos, estrutura, corpo docente, discente e egresso envolvido, infra-estrutura oferecida para seu funcionamento e suas peculiaridades.

3.1.1.2 - Pressupostos metodológicos

Os pressupostos metodológicos da Avaliação Institucional são: respeito à Identidade Institucional; participação; negociação; conjugação da Avaliação Interna e Externa; flexibilidade; construção coletiva; restituição sistemática e ágil.

Parâmetros de qualidade defendidos: atendimento às exigências legais; contribuição à construção do conhecimento, articulando o ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão; atendimento à

missão institucional; divulgação da Instituição; devolução social; a política de pessoal docente e técnico-administrativo; a organização da gestão; abertura de novas áreas para o ensino, pesquisa e extensão; atendimento a estudantes e egressos.

3.1.1.3 - Princípios

Para atender à realidade de uma IES, um projeto de avaliação institucional fundamenta-se nos princípios de legitimidade, participação, integração, não punição/premiação, compromisso, continuidade e sistematização.

A legitimidade pressupõe o acordo da comunidade acadêmica quanto à institucionalização do processo de avaliação e quanto aos seus critérios. A participação é entendida como a atuação de todos os segmentos da Instituição em todas as fases do processo de avaliação. Integração significa a incorporação de todos os esforços e experiências existentes ao processo global de avaliação institucional. Não punição/premiação, princípio que visa a substituir a idéia de procurar quem errou para identificar as falhas e como corrigi-las. Compromisso é o empenho tanto individual como coletivo na busca de melhoria da Instituição.

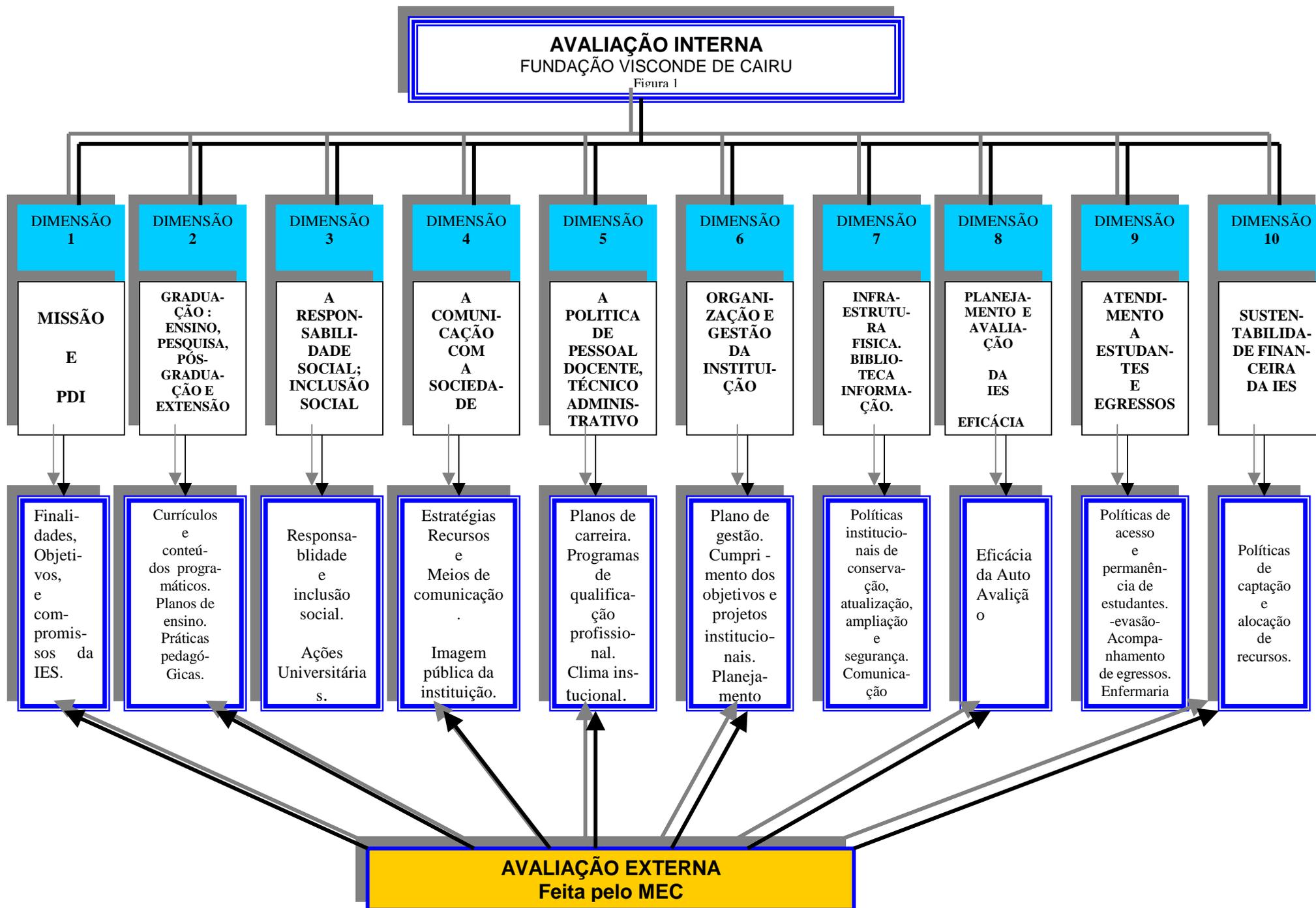
Finalmente, os princípios de continuidade e sistematização da avaliação como forma de garantir a reflexão e redefinição constante de objetivos e metas a serem alcançados.

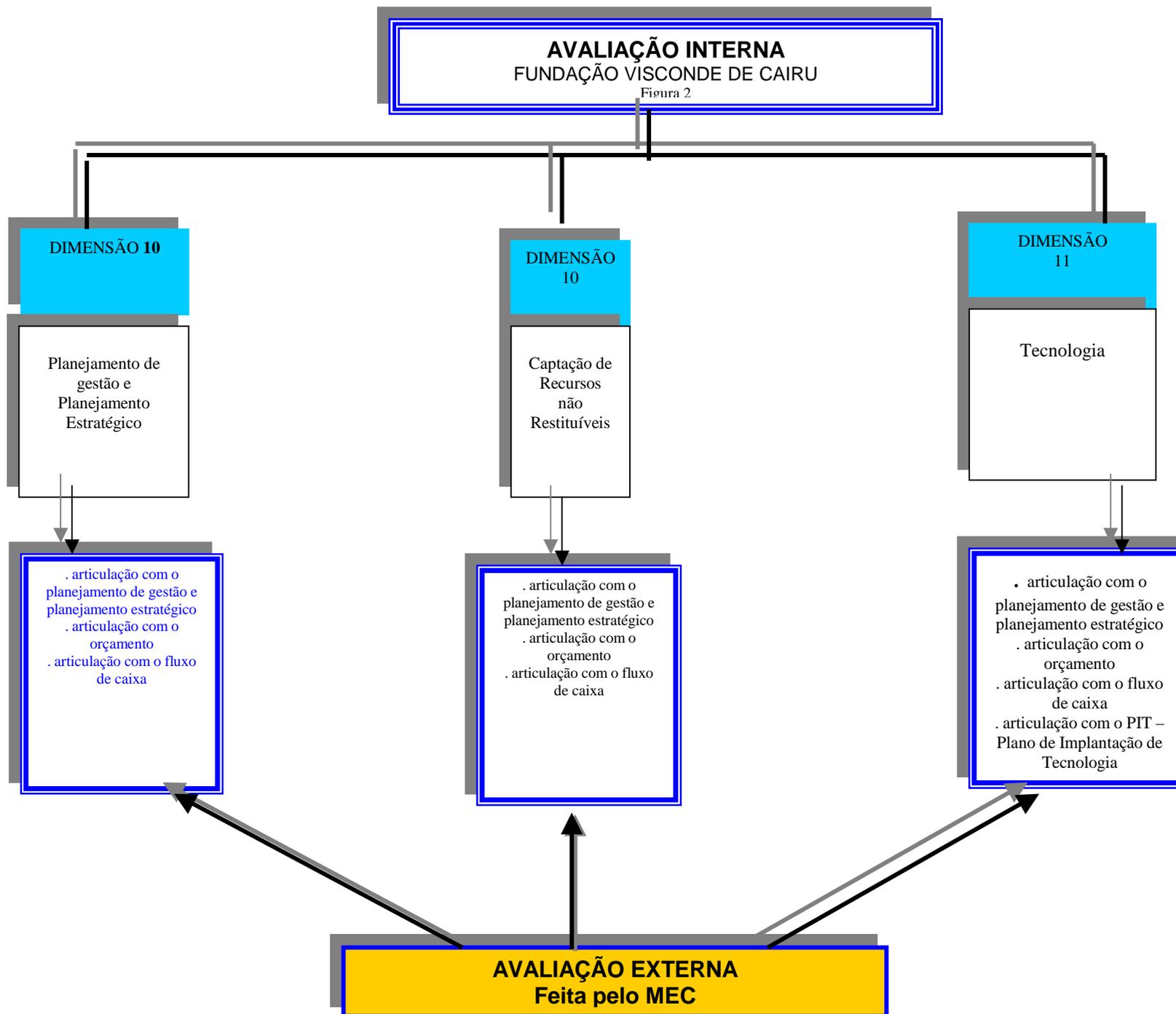
A Avaliação Institucional da Fundação Visconde de Cairu será feita através de uma matriz baseada nas dimensões criadas pelo Sinaes como se observa nas Figuras Nº 1 e 2¹ que servirão de roteiro para a formação das comissões de avaliação que farão o levantamento de dados e análise crítica das atividades desenvolvidas, contando ainda com o desenvolvimento do processo de meta-avaliação, no sentido de avaliar a eficácia do processo avaliativo, para melhorar, cada vez mais, a dinâmica do modelo utilizado.

Também é importante numa auto-avaliação a explicitação da natureza do processo, que é a necessidade de potencializar e desenvolver as pessoas da Instituição, e, conseqüentemente ela própria.

O próprio ato de avaliar é um momento institucionalmente pedagógico e de potencialização dos recursos humanos, para assim se desenvolver e buscar excelência.

¹ Avaliação Interna da Fundação Visconde de Cairu, baseada nas dimensões do Sinaes
Autora: Luzia Viana da Fonseca





3.2.1.2 - OBJETOS, OBJETIVOS E METAS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL SEGUNDO O SINAES

O trabalho pedagógico e científico, em seu sentido técnico e formativo, como também, as atividades mais diretamente vinculadas aos compromissos sociais da instituição são o foco central da avaliação, tanto na dimensão interna quanto externa. Porém, para um melhor conhecimento dessa dimensão acadêmica, filosófica e política da formação em sentido amplo, também é necessário compreender as relações sociais e as condições de trabalho, a eficiência administrativa e a eficácia dos processos interpessoais que se desenvolvem nas distintas instâncias. É imprescindível conhecer as condições de sustentabilidade, continuidade além de todos os dados importantes da infra-estrutura, especialmente aqueles mais diretamente relacionados com a pesquisa e com o ensino, como laboratórios, bibliotecas, equipamentos, instrumentos técnicos e outros, sem nunca perder de vista as finalidades e objetivos primordiais da Instituição educativa. É também relevante a apreciação crítica dos fluxos de informação, bem como a análise do funcionamento das câmaras, conselhos, comissões e outras estruturas colegiadas da Instituição.

Entre os objetivos da avaliação contam-se o de conhecer as fortalezas e os problemas da Instituição, tratar da adequação de seu trabalho com respeito às demandas sociais, as clássicas e as novas, identificar os graus de envolvimento e os compromissos de seus professores, estudantes e servidores tendo em vista as prioridades institucionais básicas. Por isso, é necessário submeter à análise a questão de como estão se desenvolvendo o ensino, a formação profissional e cidadã, o destino profissional e social dos ex-alunos, a adequação dos critérios de aprovação e promoção de estudantes em seus cursos e de professores na carreira docente, a integração/desintegração entre teoria e prática, o que a Instituição produz em face das necessidades sociais mais reclamadas em determinados momentos, dentre outros.

Não basta levantar as deficiências, é muito importante identificar as qualidades e aspectos fortes delas. Quanto aos problemas e carências, além da verificação e da constatação, é importante identificar as suas causalidades, explicitar as possibilidades reais para a superação e estabelecer as ações adequadas e os meios para a transformação desejada. Além dos assuntos próprios do ensino, dos currículos, das metodologias, da relação professor-estudante, em outras palavras, do universo do ensino e da pesquisa, tanto a comunidade interna quanto os pares e outros participantes externos devem buscar também conhecer e julgar o real processo de investigação, a eleição dos temas prioritários em conformidade com os compromissos fundamentais da Instituição, a forma como se constituem os grupos de pesquisa, as necessidades de laboratórios, bibliotecas e outras estruturas básicas, a política de formação continuada dos docentes e pesquisadores, o interesse por intercâmbios e colaborações interinstitucionais, a relação com o setor produtivo e outros segmentos da sociedade, bem como, com as associações científicas nacionais e internacionais.

3.1.2.1 – OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

GERAL

- rever e aperfeiçoar o projeto institucional, promovendo a permanente melhoria e pertinência das atividades relacionadas ao ensino, a pesquisa, a extensão, a pós-graduação, garantindo a sua qualidade, a gestão, o cumprimento da pertinência e da responsabilidade social.

ESPECÍFICOS:

- promover a realização autônoma do projeto Institucional;
- desencadear um processo de auto-avaliação na Instituição;
- impulsionar as mudanças no processo acadêmico;
- diagnosticar as tarefas acadêmicas nas dimensões ensino, pesquisa e extensão;
- diagnosticar o processo de gestão da instituição;
- repensar os objetivos, maneira de atuação e resultados na perspectiva de uma Instituição mais condizente com o momento histórico;
- identificar mudanças necessárias e implantá-las, contribuindo para a reformulação do Projeto Institucional;

- Contribuir na formação de cidadãos e profissionais;
- Evidenciar o compromisso da educação superior

3.1.2.2 - METAS (DENTRE OUTRAS):

- verificar o atendimento às normas legais e institucionais;
- construir o Projeto Pedagógico Institucional;
- avaliar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação;
- avaliar o desempenho do corpo docente;
- avaliar o desempenho do corpo discente;
- construir indicadores de qualidade que facilitem à Fundação Visconde de Cairu monitorar a evolução das necessidades da demanda por cursos de graduação;
- construir indicadores e instrumentos que permitam mensurar o nível de satisfação do mercado de trabalho em relação à qualidade dos egressos dos cursos de graduação da Fundação Visconde de Cairu;
- construir indicadores qualitativos/quantitativos que permitam identificar a qualidade dos serviços das áreas de apoio à graduação;
- realizar a meta-avaliação para levantar aspectos positivos e negativos do processo realizado.

3.1.3 – PROJETO DE ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

3.1.3.1- Etapas do Processo de Avaliação

Considerando que a Avaliação Institucional envolve campos distintos, em cada segmento, são definidas as dimensões, os indicadores, bem como o detalhamento da metodologia a ser utilizada e cronograma a ser seguido.

A escolha das dimensões e a definição de indicadores resultam da combinação de diversas metodologias existentes e da elaboração de novos indicadores necessários. Esses indicadores quantitativos e qualitativos serão utilizados para diagnosticar, descrever, interpretar e avaliar a realidade de cada setor, seus pontos fortes e fracos, possibilitando um documento síntese (relatório) ao final do processo.

A preparação para implementação da auto-avaliação compreende algumas ações fundamentais através de três etapas, segundo o Sinaes:

1ª etapa: Preparação

a) A constituição da Comissão Própria de Avaliação – CPA

Para Coordenar a sistemática de auto-avaliação, foi constituída uma Comissão Própria – CPA conforme indicação do Sinaes.

A CPA tem por função coordenar e articular o processo interno da Instituição. Sua responsabilidade transversal precisa ter visibilidade e suporte operacional das instâncias dirigentes da IES. A ela também cabe sistematizar e disponibilizar informações da Instituição solicitadas pelo INEP/MEC responsável pela execução da avaliação.

b) Sensibilização

Diversos seminários, reuniões de grupo, estudos de caso, palestras, são realizados com o objetivo de sensibilizar os coordenadores, professores, alunos e funcionários técnico-administrativos de cada curso, além dos egressos, sobre a importância e a necessidade da avaliação como instrumento de melhoria.

Essas atividades são de responsabilidade da CPA que planeja cada atividade de avaliação e é responsável por sua condução. Além de estimular a participação através do questionamento dos membros do grupo, deverão encorajar todos a ouvirem com atenção, a resumirem o que está sendo discutido e a focar a discussão no sentido de encontrar soluções criativas para os problemas.

c) **Elaboração do Projeto de Avaliação**

A elaboração do Projeto de Auto-Avaliação seguirá as diretrizes contidas no Sinaes e no documento “Orientações Gerais” no qual deve contemplar os seguintes aspectos: definição de finalidades e objetivos da avaliação; formas de integração da avaliação interna; avaliação de cursos, avaliação de desempenho de estudantes e avaliação externa; participação da comunidade acadêmica nas instâncias institucionais; usos dos resultados na definição de políticas institucionais; cronograma geral de desenvolvimento das atividades avaliativas, inclusive previsão do início da avaliação externa, dentre outros pontos que considerar relevantes.

2ª etapa: Desenvolvimento

a) **Ações**

Esta é a etapa a mais importante da avaliação, pois é um processo especialmente desenhado para identificar as necessidades da Instituição. *É um processo no qual os participantes adquirem o conhecimento do propósito da mudança que deve ser introduzida como resultado da análise feita dos pontos positivos e negativos do curso/instituição* (KELLS, 1995). É realizada através de mecanismos, tais como: coleta de dados, análise das tendências, questionários, entrevistas, trabalho de grupo, visita de especialistas. Todos os dados devem ser inter-relacionados com a finalidade de produzir explicações que tenham força para provocar mudanças no curso e na Instituição.

b) **Levantamento de dados e informações**

Com base nas variáveis levantadas através dos indicadores, alunos e egressos, professores, membros do corpo técnico-administrativo, o coordenador de cada curso farão uma análise dos aspectos positivos e negativos do curso, representante dos egressos, avaliarão a situação existente, discutirão o perfil do aluno que o curso quer formar em confronto com as demandas do mercado de trabalho, farão uma análise crítica do currículo e sugerirão as mudanças que gostariam que fossem introduzidas para que o curso se torne o ideal desejado.

c) **Análise das Informações. Relatórios Parciais**

É o confronto entre a situação existente e a ideal que orienta a avaliação para o início de um processo de melhoria da qualidade do ensino e o melhor desempenho do curso.

3ª etapa: Consolidação

a) **Relatório**

O relatório elaborado ao final da auto-avaliação levanta questões, estimula a discussão e informa aos avaliadores externos sobre os tópicos mais importantes da auto-avaliação.

É o relatório da auto-avaliação que serve de base para a etapa da avaliação externa e que trará as sugestões de planejamento para as mudanças desejadas para os próximos anos. Ele também sugere as estratégias necessárias, o papel dos responsáveis pelas mudanças, o cronograma e os mecanismos a serem utilizados para garantir que ocorram com mais rapidez.

b) **Divulgação**

Os resultados da avaliação serão fornecidos aos dirigentes da Instituição e aos interessados: coordenador do curso, professores, alunos e egressos de maneira não ameaçadora e com o objetivo de

comparar a situação existente com a ideal desejada. Os resultados contribuirão para a tomada de decisões sobre mudanças que deverão ser introduzidas com o fim de se obter a melhoria desejada.

c) **Balanco Crítico**

Ao final do processo de auto-avaliação, será necessário que se faça uma reflexão, visando sua continuidade. Assim, uma análise estratégica das dificuldades e dos avanços apresentados permitirá ações futuras.

Terminada a auto-avaliação, pode-se considerar como **4ª etapa a avaliação externa.**

d) **Avaliação Externa**

O relatório da auto-avaliação serve de base para os avaliadores externos, sob coordenação de uma equipe do INEP/MEC, para validarem o julgamento do processo anterior ou para fazerem ajustes nas suas conclusões. Os avaliadores externos deverão ser especialistas de outras universidades, que preparados pelo INEP/MEC procederão todo o processo de avaliação externa, com visita *in loco*, para conferir o resultado da avaliação interna.

O grupo de visitantes externos deve permanecer dois ou três dias lendo o relatório da auto-avaliação, os planos de curso de cada disciplina, as provas e testes aplicados aos alunos, os projetos de ensino, pesquisa e extensão já concluídos e aqueles em andamento. Depois entrevistam o coordenador, professores e alunos (selecionados aleatoriamente), e egressos para em reunião conjunta, discutir sobre os pontos positivos e negativos identificados, dando sugestões que poderão (ou não) ser incorporadas para melhorar o currículo e o desempenho do curso, novos comportamentos estão sendo pensados pelo INEP após a criação do Sinaes.

3.1.4 - INDICADORES E INSTRUMENTOS PARA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A IES deve buscar indicadores precisos para sua avaliação, se não houver a determinação dos rumos mais amplos, já que os ajustes e articulações a serem feitos, dependem essencialmente dos objetivos e metas a serem alcançados e que devem ser consoantes à Missão Institucional, aos seus princípios e valores, motivo pelo qual a IES deve tomar o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI juntamente com seu Projeto Pedagógico Institucional - PPI como base para todos os seus processos e, essencialmente, para o desenvolvimento da sua auto-avaliação.

Outro aspecto enfatizado é a percepção contínua e subsidiária da avaliação, que ela deve:

- oferecer dados para a tomada de decisão, constituindo-se num guia para o aprimoramento, mudança ou manutenção das ações executadas ou a serem executadas na Instituição;
- constitui-se como um eixo condutor do planejamento institucional e da gestão, permitindo o acompanhamento das ações desenvolvidas e os ajustes necessários ainda na execução, devendo em todo processo servir como auto-conhecimento para a tomada de decisão, em todos os níveis e planos da organização e da gestão da IES;
- Oferecer à Direção da IES e aos demais setores acadêmicos e técnico-administrativo os subsídios necessários para rever ou preparar seus instrumentos legais e normativos (estatutos, regimentos e regulamentos);
- Produzir e implantar um conjunto de indicadores analíticos que se constituem em ferramenta de planejamento e avaliação de trabalho; e finalmente
- Agregar rigor e transparência á alocação de recursos-humanos, financeiros e materiais - na implementação de planos, programas e projetos.

A implementação da Proposta para um Sistema Integrado de Avaliação Institucional, por prever a auto e hetero-avaliação de todos os segmentos da IES, requer a aplicação de instrumentos para todos os segmentos da comunidade acadêmica.

Na construção dos instrumentos para coletas de dados procurar-se-á utilizar os questionários, as entrevistas, urnas para perguntas isoladas em determinado momento, grupos focais, e outros.

3.1.5 – MATRIZ ORIENTADORA DOS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO EXTERNA SEGUNDO O NOVO SISTEMA



Fonte: MEC/INEP – dezembro de 2004

Estas dimensões serão trabalhadas dentro de cada instituição seguinte as orientações que temos a seguir:

DIMENSAO 1 – ORGANIZACAO INSTITUCIONAL

3.1.5.1 - ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1ª CATEGORIA

Esta dimensão é constituída das seguintes categorias:

3.2.6 – PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI

Nesta categoria deverão ser analisados os seguintes indicadores: Aderência com a realidade institucional; o envolvimento com o corpo social (docentes, discentes e egressos, o corpo técnico-administrativo); a articulação entre o PDI e o PPI e a articulação entre o PDI e a Gestão Institucional e a Avaliação Institucional e a Avaliação Externa.

A) Aderência com a realidade institucional

- Fazer um estudo dos três últimos anos que demonstre o desenvolvimento da Instituição considerando com o previsto no PDI em relação ao ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão;
- Verificar a coerência da realidade projetada no PDI com a realidade da IES, tendo por base os três últimos anos dos dados acadêmicos e administrativos praticados, em relação ao ensino, pesquisa, extensão, avaliação institucional, gestão, corpo social, infra-estrutura física e logística;
- Estudar e reestruturar o PDI e entrevistar os responsáveis pelas atividades de ensino e pesquisa, comparando com o que diz o PDI;
- Analisar o cumprimento do cronograma implementado no PDI da IES retratando a realidade institucional em relação às políticas de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão acadêmica.

B) – Envolvimento do Corpo Social

Aqui devem ser avaliados a participação efetiva dos dirigentes da mantida como também a participação efetiva dos órgãos colegiados.

C) – Articulação entre o PDI e o PPI

Neste grupo serão avaliados: as políticas de ensino; as políticas de pesquisa; as políticas de extensão de gestão acadêmica.

D) – Articulação entre o PDI, a Gestão Institucional e a Avaliação Institucional

- Neste grupo serão avaliados os indicadores: A articulação entre o PDI e a Gestão Institucional;
- Articulação entre o PDI e a Gestão e a Auto-avaliação; A articulação entre o PDI e as avaliações Externas.

2ª CATEGORIA

3.1.5.1.2 – PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI

Neste contexto serão analisados os indicadores: Ensino, pesquisa e extensão.

A) – Ensino

Em primeiro lugar a IES deverá elaborar seu PPI, pois possui apenas os Projetos Pedagógicos isolados dos cursos para:

- Criar políticas institucionais para o ensino de Graduação, de outros cursos que deseje implementar: Tecnológicos, Sequenciais, Educação a Distância e formas de operacionalização;
- Verificar a articulação entre o PPI e os projetos pedagógicos de cursos;
- Criar políticas institucionais para o ensino de pós-graduação *lato sensu e stricto sensu* e formas de operacionalização.

B) – Pesquisa

O grupo de pesquisa será avaliados pelos seguintes critérios:

B1) – Políticas Institucionais de Pesquisa e formas de operacionalização:

Avaliar as políticas que explicitem claramente sua concepção de pesquisa coerente com as políticas constantes nos documentos oficiais da Instituição, através de:

- Definição dos eixos linhas de pesquisa institucional prioritárias;

- Grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e sua produção;
- Mecanismos implementados de estímulo, produção científica e tecnológica no âmbito da IES, possibilitando sua difusão junto à comunidade científica local e nacional;
- Mecanismos implementados para a promoção de intercâmbio científico x tecnológico de docentes e discentes da Instituição com outras Instituições de Ensino e Pesquisa reconhecidas nacionalmente e internacionalmente;
- Mecanismos de difusão da produção científica x tecnológica da IES, através de sua publicação ou exposição em congressos, conferências e eventos similares reconhecidos pela comunidade acadêmico-científica;
- Participação dos professores nas Associações Científicas Culturais e Artísticas
- Articulação com o ensino e a extensão;
- Formas de operacionalização.

B2) - Políticas Institucionais de Iniciação Científica e formas de operacionalização.

Verificar e analisar na Instituição políticas implementadas que explicitam claramente sua concepção de Iniciação Científica, e detalhem, entre outros, os elementos a seguir:

- Mecanismos implementados capazes de despertar nos estudantes de graduação a vocação científica para a participação, elaboração e execução de Projetos de Iniciação científica;
- Critérios definidos para a seleção de alunos e concessão de bolsas;
- Orientação dada por professores qualificados, contribuindo para a formação de novos pesquisadores e consolidação de um espírito investigativo e crítico;
- Mecanismos implementados de difusão da produção científico x tecnológico dos alunos, através da realização de Semanas Científicas e eventos similares;
- Articulação sistemática com os eixos x linhas de pesquisa institucionais com o Ensino e as atividades de Extensão;
- Formas de operacionalização.

B3) Envolvimento e participação do corpo docente

Avaliar as formas de envolvimento e participação do corpo docente nos diversos Programas, Projetos de Pesquisa e Iniciação Científica:

- Atribuição de carga horária pela IES;
- Apresentação de produção científica;
- Apresentação de resultados em eventos científicos;
- Captação de recursos para viabilizar a execução dos projetos ;
- Apresentação de Projetos de acordo com o calendário das agências de fomento e da IES.

B4) – Envolvimento e participação do corpo discente

Avaliar este envolvimento quanto às formas de envolvimento nos programas e projetos de pesquisa e iniciação científica:

- Políticas de bolsas destinadas por órgãos de fomento ou pela IES;
- Participação voluntária de alunos com estímulo institucionais;
- Participação em programas oficiais como PET e PIBIC², quando for o caso;
- Apresentação de resultados em eventos da Comunidade Científica;
- Parcerias com a comunidade empresarial: educação corporativa.

B5) – Fontes de fomento

Verificar as fontes do fomento destinados a Pesquisa e Iniciação Científica e à descrição das formas de obtê-las nas agências de fomento de natureza pública ou privada, através de apresentação do projeto.

C) - Extensão

Na Política de Extensão a IES deverá: implementar/ verificar sua forma de operacionalização e a relevância das atividades em relação à comunidade.

² PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq. e PET Programa Especial de Treinamento criado em 1979 pela CAPES.

D) - Análise destes indicadores:

| Indicador | Forças-Potencialidades | Fragilidades – Pontos que requerem melhoria | Recomendações |
|------------------|-------------------------------|--|----------------------|
| Ensino | | | |
| Pesquisa | | | |
| Extensão | | | |

3ª CATEGORIA

3.1.5.1.3– GESTÃO INSTITUCIONAL

Nesta categoria analisar-se-á os seguintes indicadores: Administração Institucional, Responsabilidade social e Estrutura de Órgãos colegiados.

A) – Administração Institucional

Avaliar os seguintes indicadores: estrutura da gestão institucional; programas institucionais de incentivos e benefícios e formas de sua operacionalização; programas de bem estar do corpo social; estrutura e funcionamento do sistema de registro acadêmico; sistema e recursos de informação e comunicação; controle de normas acadêmicas.

B) – Responsabilidade Social

Para que a IES seja contemplada com uma boa avaliação deve estar de acordo com os seguintes critérios:

B1) – Responsabilidade Social Institucional

Na IES deve existir políticas implementadas que estabeleçam o compromisso com a responsabilidade social no desenvolvimento das suas atividades, que podem ser constatados através de: impactos das atividades da IES, tanto no ambiente interno como externo; responsabilidades quanto à qualidade da formação dos seus alunos e dos serviços prestados; promoção de valores éticos; promoção de programas de incentivo, aprimoramento e qualidade de vida de seus colaboradores; estabelecimento de parcerias com ONGs e instituições públicas.

B2) – Responsabilidade Social na Extensão

Avaliar as atividades de extensão sobre temas relevantes que tenham impacto de melhoria na sociedade quanto: inclusão social; desenvolvimento econômico social; defesa do meio ambiente; memória cultural; promoção artística e patrimônio cultural.

B3) – Responsabilidade social no Ensino e na Pesquisa

Avaliar a responsabilidade social nas diferentes atividades do ensino da pesquisa, que pode ser constatado através de: componentes curriculares específicos; seminários e encontros versando sobre o tema; projetos de Pesquisa e ou de Iniciação científica; cursos de capacitação de docentes, entre outros.

C) – Estrutura dos Órgãos colegiados

Neste indicador deve ser avaliado: o Funcionamento e a Representatividade.

D) - Análise destes indicadores:

| Indicador | Forças - Potencialidades | Fragilidades – Pontos que requerem melhoria | Recomendações |
|---------------------------------|---------------------------------|--|----------------------|
| Administração Institucional | | | |
| Responsabilidade Social | | | |
| Estrutura dos Órgãos colegiados | | | |

4ª CATEGORIA

3.1.5.1.4– AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A categoria Avaliação Institucional será constituída dos seguintes grupos: Auto-avaliação e Avaliações Externas.

A) – Auto-avaliação

A auto avaliação será coordenada pela Comissão Própria de Avaliação e sua atuação deverá estar centrada: no projeto de auto avaliação; na abrangência do projeto de auto-avaliação; na participação do corpo social; na divulgação e análise dos resultados; nas ações acadêmico-administrativas em função dos resultados da auto-avaliação.

B) - Avaliações Externas

A avaliação externa será avaliada de acordo com os seguintes ações acadêmico-administrativas em função dos resultados das avaliações do MEC:

- quando são incorporados os resultados das avaliações realizadas pelo MEC nos programas de graduação e de pós-graduação, no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas voltadas para o desenvolvimento institucional;
- quando existe na Instituição estudos e ações regulares para promover a articulação entre os resultados das avaliações realizadas pelo MEC e os da auto-avaliação da IES e esses resultados conduzem à reordenação ou ao aperfeiçoamento de suas ações acadêmico administrativas.

3.1.5.1.5- AVALIAÇÃO GLOBAL DA DIMENSÃO 1 – ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

| Indicador | Forças -Potencialidades | Fragilidades – Pontos que requerem melhoria | Recomendações |
|-------------------------|--------------------------------|--|----------------------|
| PDI | | | |
| PPI | | | |
| Gestão Institucional | | | |
| Avaliação Institucional | | | |

DIMENSÃO 2 – CORPO SOCIAL

3.1.5.2 – CORPO SOCIAL

Inclui-se nesta dimensão as categorias: os corpos docente, o discente,os egressos e o técnico-administrativo.

1ª CATEGORIA

31.5.2.1 - CORPO DOCENTE

Para efeito da avaliação institucional, considera-se docente o profissional regularmente contratado pela IES como tal, e que, no momento da visita da avaliação externa se encontra em uma das seguintes condições:

- 1 – está em exercício e ministrar, ou ministrou, disciplinas em qualquer um dos cursos, no semestre da avaliação ou no semestre imediatamente anterior;
- 2 – está exercendo funções na administração acadêmica, desde que regularmente contratado como docente, mesmo que não tenha ministrado disciplina no período acima definido.

O corpo docente é constituído pelos seguintes grupos de indicadores: Perfil docente, Condições Institucionais, Produtividade docente

A) – Perfil docente

O perfil docente será avaliado de acordo com os seguintes critérios: Titulação; Experiência profissional no magistério superior; Experiência profissional fora do magistério superior; Programas de Capacitação e Acompanhamento do Trabalho docente (Analisar os programas e ações existentes na IES de capacitação e acompanhamento do trabalho docente, com atuação permanente e consolidada, responsável por: promover cursos e seminários voltados para a formação pedagógica; auxiliar o docente no desempenho de suas atividades didático-pedagógicas; assessorar coordenadores e professores, no acompanhamento contínuo e sistemático da elaboração e execução dos programas de aprendizagem).

B) – Condições Institucionais

As condições serão avaliadas pelos seguintes indicadores: Regime de trabalho; Plano de carreira; Políticas de capacitação e formas de sua operacionalização; Ações de estímulos e incentivos profissionais.

C) – Produtividade docente

As condições serão avaliadas pelos seguintes indicadores: Publicações; Produções científicas, técnicas, pedagógicas, culturais e artísticas.

D) - Análise destes indicadores

| Indicador | Forças - Potencialidades | Fragilidades – Pontos que requerem melhoria | Recomendações |
|--|-------------------------------------|--|----------------------|
| Regime de Trabalho | | | |
| Plano de Carreira | | | |
| Políticas de capacitação e formas de sua operacionalização | | | |
| Ações de estímulos e incentivos profissionais. | | | |

2ª CATEGORIA

3.1.5.2.2 – CORPO DISCENTE E EGRESSOS

Esta categoria será constituída pelos seguintes indicadores: Programa de Apoio ao desenvolvimento acadêmico discente, Condições Institucionais e Egressos.

A) - Programa de Apoio ao desenvolvimento acadêmico discente.

Este grupo vai ser avaliado de acordo com os critérios a seguir: Programas de Acompanhamento Psicopedagógico e do Desempenho discente.

Deverão existir na Instituição, programas sistemáticos e permanentes voltados para o acompanhamento psicopedagógico dos discentes e para oferecer aos alunos com dificuldades, subsídios para melhoria de seu desempenho que detalhem, entre outros, os elementos a seguir: composição da equipe com pessoal especializado, capaz de contribuir para o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem em geral, recuperando as motivações, promovendo a integridade psicológica dos alunos, realizando a orientação e os serviços de aconselhamento e assegurando sua adaptação, especialmente, os ingressantes; mecanismos de oferta de orientação e encaminhamento profissional; mecanismos de motivação capazes de produzir a interação efetiva entre aluno e professor, entre aluno e aluno; mecanismos e ferramentas voltados para a melhoria da aprendizagem do discente (programas de nivelamento, de suficiência, de tutoria, de orientação acadêmica e outros); condições de funcionamento adequados e compatíveis para atendimento da população discente; formas de sua operacionalização.

B) – Programa de mobilidade e intercâmbio: verificar se existe na IES programas de mobilidade e intercâmbio nacionais e internacionais, a partir de convênios de cooperação, com ampla divulgação e igualdade de oportunidade para os membros da população discente.

C) – Realização de eventos científicos, técnicos e artísticos: Verificar se existe uma programação sistemática para realização de eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos que detalhe os mecanismos existentes para a sua promoção.

C - Condições Institucionais

Deverão ser avaliados neste grupo: facilidade de acesso aos dados e registros acadêmicos; Apoio à participação de eventos; bolsas de estudo, trabalho ou de esporte; bolsas de desenvolvimento acadêmico; meios de divulgação de trabalhos e produção discente.

D - Egressos

Avaliar da seguinte forma: acompanhamento do egresso pela IES; Programas de Educação continuada voltada para o egresso.

E – Análise destes indicadores:

| Indicador | Forças - Potencialidades | Fragilidades – Pontos que requerem melhoria | Recomendações |
|---|--------------------------|---|---------------|
| Programa de Apoio ao desenvolvimento acadêmico discente | | | |
| Condições Institucionais | | | |
| Egressos | | | |

3ª CATEGORIA

3.1.5.2.3 – CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Nesta categoria serão avaliados : o perfil técnico-administrativo e as condições institucionais.

A) – Perfil técnico-administrativo

Os indicadores que constituem este grupo serão avaliados de acordo com os critérios: Formação Profissional; Experiência profissional;

B) Condições Institucionais

Neste grupo serão avaliados: O Plano de Carreiras, e as políticas de Capacitação e formas de operacionalização.

C) – Análise destes indicadores

| Indicador | Forças -Potencialidades | Fragilidades – Pontos que requerem melhoria | Recomendações |
|-------------------------------|-------------------------|---|---------------|
| Perfil técnico-administrativo | | | |
| Condições Institucionais | | | |

3.1.5.2.4 – AVALIAÇÃO GLOBAL DA DIMENSÃO 2 – CORPO SOCIAL

| Indicador | Forças -Potencialidades | Fragilidades – Pontos que requerem melhoria | Recomendações |
|------------------------------|-------------------------|---|---------------|
| Corpo docente | | | |
| Corpos discentes e egressos | | | |
| Corpo técnico-administrativo | | | |

DIMENSÃO 3 – INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E LOGÍSTICA

3.1.5.3 - INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E LOGÍSTICA

As categorias de análise que compõem esta dimensão são: as instalações em geral, a biblioteca e os laboratórios e as instalações específicas.

1ª CATEGORIA

31.5.3.1 – INSTALAÇÕES GERAIS

Avaliar nesta categoria o espaço físico, os equipamentos e os serviços.

A) – Espaço físico

Avaliar os seguintes indicadores: Instalações para o ensino; Instalações para coordenação/departamentos e docentes; Instalações administrativas; Condições de acesso para portadores de necessidades especiais; Infra-estrutura de segurança; Instalações sanitárias; Outras instalações.

B) – Equipamentos

Este grupo deve ser avaliado seguindo os seguintes critérios: Acesso a equipamentos de informática pelos docentes, acesso a equipamentos de informática pelos alunos, recursos áudio visuais e multimídia, internet e intranet, plano de expansão dos softwares e equipamentos.

B1) - Acesso a equipamentos de informática pelos docentes: verificar o espaço destinados a coordenadores/chefes de departamento e professores, equipamentos de informática devidamente atualizados, com acesso ao pleno desenvolvimento de suas atividades.

B2) - Acesso a equipamentos de informática pelos alunos: verificar os laboratórios existentes destinados aos alunos com equipamentos de informática devidamente atualizados, com acesso à internet, em número suficiente aos pleno desenvolvimento de suas atividades.

B3) – Recursos audiovisuais e multimídia: verificar quanto a IES conta com recursos audiovisuais e de multimídia, em número suficiente párea atender as necessidades dos docentes no desenvolvimento de suas atividades.

B4) – Existência de rede de comunicação e intranet: verificar se existe na Instituição em relação à rede de comunicação (intranet e internet) com porte compatível com as dimensões do corpo social e as atividades administrativas e acadêmicas desenvolvidas na IES.

B5) – Plano de Expansão e atualização dos softwares e equipamentos: analisar se estão implementados o plano de expansão a atualização dos equipamentos e software de informática.

B6) – Serviços

Este grupo deve ser avaliado em relação: à manutenção e conservação das instalações físicas; a manutenção e conservação dos equipamentos; ao apoio logístico para as atividades acadêmicas.

B7) – Análise destes indicadores

| Indicador | Forças -Potencialidades | Fragilidades – Pontos que requerem melhoria | Recomendações |
|------------------|--------------------------------|--|----------------------|
| Espaço físico | | | |
| Equipamentos | | | |
| Serviços | | | |

2ª CATEGORIA

3.1.5.3.2– BIBLIOTECA

Esta categoria é constituída pelos seguintes grupos de indicadores: espaço físico, acervo e serviços.

31.5.3.2.1– Espaço Físico

Este grupo será avaliado de acordo com os critérios a seguir: instalações para o acervo, para estudos individuais e em grupo.

A) – Instalações para acervo

A biblioteca deverá atender aos seguintes requisitos: condições de armazenagem de modo a assegurar a boa conservação do acervo; mobiliário e equipamentos adequados; Condições de acesso por meio de catálogos informatizados disponíveis para o público, permitindo a consulta por, no mínimo, autor, título e assunto.

B) – Instalação para estudos individuais

Quando a biblioteca conta com espaço e mobiliário adequados aos estudos individuais e que atendem totalmente às necessidades dos alunos e professores;

C) – Instalações para estudos em grupo

Quando existe espaços isolados acusticamente e mobiliário adequado para estudo em grupo e que atendem totalmente às necessidades dos alunos e professores.

D) – Acervo

Neste grupo serão avaliados: a informatização; as políticas institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização.

E) – Serviços

Em serviços se avalia: o horário de funcionamento; os serviços de acesso ao acervo; o apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos; os recursos humanos.

F) – Análise destes indicadores da Biblioteca

| Indicador | Forças -Potencialidades | Fragilidades – Pontos que requerem melhoria | Recomendações |
|------------------|--------------------------------|--|----------------------|
| Espaço físico | | | |
| Acervo | | | |
| Serviços | | | |

3ª CATEGORIA

3.1.5.3.3– LABORATÓRIOS E INSTALAÇÕES ESPECÍFICAS

Nesta categoria serão avaliados o espaço físico e os serviços.

31.5.3.3.1 – Espaço Físico e Equipamentos

Espaço físico e equipamentos deverão estar de acordo com os critérios a seguir: políticas de conservação e expansão, de aquisição, atualização e manutenção.

A) - Política de conservação ou expansão do espaço físico e formas de sua operacionalização.

Verificar se existem: mecanismos para conservação do espaço físico; plano de expansão do espaço físico, de acordo com o previsto no PDI, e sua forma de operacionalização.

B) – Políticas de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos e formas de sua operacionalização

Verificar se existem políticas que detalhem os seguintes elementos: critério definidos para aquisição de novos equipamentos e os mecanismos existentes para manutenção dos equipamentos e sua forma de operacionalização.

C) – Serviços

Neste grupo devem ser avaliados: as normas de segurança; as políticas de contratação e de qualificação do pessoal técnico e formas de sua operacionalização.

D) – Análise destes indicadores dos laboratórios e instalações específicas

| Indicador | Forças - Potencialidades | Fragilidades – Pontos que requerem melhoria | Recomendações |
|------------------------------|---------------------------------|--|----------------------|
| Espaço físico e equipamentos | | | |
| Serviços | | | |

3.1.5.3.4– AVALIAÇÃO GLOBAL DA DIMENSÃO 3 – INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E LOGÍSTICA

| Indicador | Forças - Potencialidades | Fragilidades – Pontos que requerem melhoria | Recomendações |
|--|---------------------------------|--|----------------------|
| Instalações Gerais | | | |
| Biblioteca | | | |
| Laboratórios e Instalações específicas | | | |

4 - RELATO DAS EXPERIÊNCIAS COM AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA FVC

Para possibilitar maior dinamismo e crescimento à Graduação e Pós-Graduação, atender às demandas do sistema educacional, da sociedade e do setor produtivo, a Fundação Visconde de Cairu, através da Faculdade Visconde de Cairu (FAVIC), da Faculdade Visconde de Cairu (FAVIC) e do Centro de Pós-Graduação e Pesquisa Visconde de Cairu (CEPPEV), desenvolve sua avaliação interna (auto-avaliação), como instrumento de elevação dos níveis de qualidade acadêmica. Mas cabe mencionar que a auto-avaliação da Fundação Visconde de Cairu - FVC vem sendo realizada desde 9 de setembro de 1999 quando através da Portaria Nº 01/99 foi criada uma Comissão de Estudos Análise e Avaliação para apuração de fatos relativos à gestão contábil, operacional e administrativa, avaliando o período de janeiro de 1995 a 1999. Na ocasião só existia na IES a Faculdade de Ciências Contábeis - Facic e o Centro de Pesquisa Visconde de Cairu – Ceppev, criado através da Portaria Nº 04/94, de 16 de dezembro de 1994, com o objetivo de dinamizar, impulsionar e dar melhor estrutura aos cursos de pós-graduação da Facic, e, implementar atividades de pesquisa com vistas a futura instituição de um curso de mestrado em Ciências Contábeis.

Outros cursos quando criados também começaram a fazer parte do processo avaliativo da FVC, já com outro caráter, ou seja, como um processo de garantia de qualidade, não como uma ação final ou atividade fim, mas sim como um método de aferição alternativo entre os meios disponíveis e os fins desejados, pois os resultados alcançados através deste processo, bem como a análise crítica dos mesmos, deve proporcionar, as condições para tomada de decisões em função da melhoria da qualidade institucional.

Em 2003 com a criação do Núcleo de Assessoria Pedagógica – NAP foi realizada nova avaliação coordenada por uma equipe de pedagogas que buscaram subsídios técnicos para o desenvolvimento da avaliação, sempre na busca permanente da produção do conhecimento, reunindo um conjunto de

informações qualitativas e quantitativas que levassem a definição de novos rumos, à conquista de maiores espaços junto a comunidade acadêmica e científica local, regional e nacional.

Com a criação de novos cursos em 2000 foi premente a necessidade da continuidade da avaliação institucional, e, assim, no biênio 2001-2002 foi procedida nova avaliação já com um caráter diferenciado da primeira avaliação, tendo como objetivo, dar maior dinamismo e crescimento a graduação e pós-graduação em atendimento às demandas do sistema educacional, da sociedade e do setor produtivo.

No momento atual, a Fundação Visconde de Cairu apenas irá adequar em relação a Avaliação Institucional às exigências legais com a Instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes quando retorna os debates sobre avaliação do ensino superior, e, apresenta sua proposta de avaliação institucional, com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, tendo por fim a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão de sua oferta, o aumento permanente de sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social.

A Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior (ABMES), entidade representativa das instituições de ensino superior particulares, acredita na avaliação enquanto processo, cujos resultados devem orientar ações de estímulo e fomento à melhoria da qualidade de ensino nas instituições, ao fortalecimento do projeto pedagógico e ao aperfeiçoamento do corpo docente e infraestrutura. Isto tudo é pertinente, pois o Brasil está passando por um momento histórico singular em seu sistema educacional. A pressão do processo de globalização está começando a atingir setores que tradicionalmente permaneciam indiferentes, até mesmo imunes, ou que reagiam com mais relutância às rápidas mudanças na sociedade; inclui-se neste segmento a educação, isso sem levar em consideração as alterações legais deflagradas pela nova LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e legislações que a sucederam.

Na realidade, as Instituições de Ensino Superior procuram desenvolver suas tarefas rotineiras, as operações acadêmicas, especialmente as de seu dia-a-dia, absorvem-nas a tal ponto que criam uma rotina interna que as impede de fazer uso ou desenvolver sua capacidade de adaptar-se às mudanças do meio ambiente, mais que isto, o foco contínuo nas operações diárias e resultados faz com que as mudanças nas metas, estratégias, ações e sistemas organizacionais apareçam muito mais como reações às crises do que ações de caráter pró-ativo. É neste sentido, e, com este mesmo propósito que elas se dispõem a atender aos ditames da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e demais instrumentos legais em vigor, quando na verdade deveriam objetivar ter um Plano Estratégico³ adequado às suas necessidades, dinamicamente desenvolvido ao longo de sua execução, impossibilitando-o, dessa forma, de abrigar atitudes neutras, fortalecendo o compromisso que cada Instituição de Ensino Superior deverá ter com o futuro.

Visando atender a este compromisso existe a valiosa ferramenta para a execução do planejamento, a **avaliação institucional**, que se constitui em um instrumento de grande importância, por abrigar processos e caminhos de permanente compreensão e busca, voltados à evolução e aperfeiçoamento das Instituições de Ensino Superior.

Daí a proposta deste projeto para a auto-avaliação, baseado no que propõe o novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, no qual esperamos, sinceramente, que a comunidade acadêmica passe a vivenciar a avaliação como uma necessária forma de prestação de contas à sociedade, assim como parte de um Planejamento Estratégico Institucional, direcionador de mudança, realizando-a com o nível de seriedade que lhe cabe, e entendendo-a como instrumento indispensável ao aperfeiçoamento e progresso de toda Instituição de Ensino Superior.

A busca permanente da produção de conhecimento numa instituição deve ser conduzida de forma que cada momento possa não só imprimir mudanças qualitativas, mas também poder acompanhar de perto as evoluções que acontecem no mundo acadêmico e científico.

³ Nos anexos deste projeto apresentamos uma sugestão para elaboração de um planejamento estratégico com fundamentos no Balanced Scorecard.

5 - A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – CPA

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Fundação Visconde de Cairu faz parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) do Ministério da Educação e tem por principal objetivo coordenar e supervisionar a Comissão de Avaliação Institucional – CAI, e as sub-comissões do sistema de auto-avaliação da FVC, sendo a responsável pela condução dos processos de auto-avaliação, sistematização e prestação de informações aos órgãos do MEC, retroalimentando o Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI.

A CPA é um órgão com “[...] atuação autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos existentes na instituição de educação superior” (BRASIL, 2004). Atua junto a todos os setores da IES, pois além de coletar os dados acerca dos produtos e processos desenvolvidos, realiza o acompanhamento das atividades desenvolvidas e subsidia o planejamento do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, visando a melhoria da qualidade na educação superior e a orientação da expansão, respeitando a diversidade, a autonomia e a identidade das instituições. Em suma este grupo é o espaço de discussão pública do processo.

Na CPA ficarão disponíveis o Projeto de Avaliação Institucional e todos os documentos de apoio e as contribuições recebidas, e, tem a seguinte composição:

- I - Professora Luzia Viana da Fonseca – Pesquisadora Institucional (Coordenação)
- II - Professora Vera Lucia S. Souza - representante técnico administrativo;
- III - Carlos Alberto Santos – representante discente;
- IV - Professora Marta Maria Gomes - representante da sociedade civil organizada, com sede neste Município

Além dos membros efetivos da CPA existem todos aqueles que compõem as comissões como veremos na Figura 3, existem outras pessoas que trabalham diretamente com a auto-avaliação como o professor Sérgio Vieira e a pedagoga Irany de Freitas Oliveira.

Esta comissão visa atender à necessidade da reestruturação do sistema de avaliação do ensino superior nacional, dentro das novas diretrizes do atual Governo, o qual extinguiu o Exame Nacional de Cursos (Provão), e implantou o SINAES, que é composto por três pilares:

- Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)⁴;
- Auto-avaliação institucional, realizada por uma comissão pela Comissão Própria de Avaliação - CPA.
- Avaliação externa, que será executada por uma comissão indicada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC)⁵;

A auto-avaliação é uma etapa do processo de avaliação, que será complementada pela avaliação externa *in loco*. A CPA terá autonomia em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição. O processo de auto-avaliação é de responsabilidade de cada instituição, que buscará obter a mais ampla e efetiva participação da comunidade interna nas discussões e estudos, e da comunidade externa através de representantes dos setores sociais.

A avaliação é permanente, mas se realizará por ciclos, ou seja, apresentará periodicamente seus resultados. O período estabelecido para cada ciclo é de mais ou menos três anos. Entretanto, anualmente as Instituições de Ensino Superior (IES) tornarão públicas as informações relativas a alguns aspectos do desenvolvimento de seu processo. Dessas ações resultará um conjunto estruturado de informações que permitirá uma imagem global dos processos sociais, pedagógicos e científicos da

⁴ A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do ENADE (Art. 5º, Lei 10.861/14/04/2004)

⁵ De acordo com a Portaria nº 2.051 de 09/07/04, as avaliações serão realizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do MEC.

instituição e, sobretudo, identificando as causas dos problemas, as possibilidades e as potencialidades para melhorar e fortalecer a instituição. A ênfase será dada aos processos de ensino, pesquisa e extensão, sempre que possível de forma integrada, mas tendo em vista a concepção de formação e de responsabilidade social nos termos definidos pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Também serão avaliadas a gestão e a infra-estrutura da instituição.

A auto-avaliação institucional terá, portanto, um caráter educativo, de melhora e de auto-regulação, buscando compreender a cultura e a vida de cada instituição em suas múltiplas manifestações.

5.1 – PROCEDIMENTOS, LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CPA.

No ano de 2004, a comissão terá como plano de trabalho traçar o diagnóstico da instituição e a sensibilização de toda comunidade para auto-avaliação.

Os acadêmicos e a comunidade serão periodicamente informados sobre os trabalhos da comissão através de informativos na página do CPA na Internet que no momento está sendo elaborada.

A CPA conta com os serviços da Gerência de Informática para desenvolver a parte informatizada da avaliação institucional, e, do apoio logístico na divulgação com a Assessoria de Comunicação. Funciona nos períodos matutino, vespertino e noturno na sala onde fica a Coordenação Acadêmica e as Coordenações da Graduação – Prédio Divaldo Marques.

Formas de acesso à CPA:

- O **teleatendimento** é realizado pelo fone 2108-8557 - Ramal 8557
- Atendimento por **meio eletrônico** através dos endereços: cpa@cairu.br;
- Coleta de críticas e sugestões através de **caixas de sugestões, urnas e outros mecânicas que estão sendo estudados;**
- Aplicação de instrumentos semestralmente para os vários segmentos.

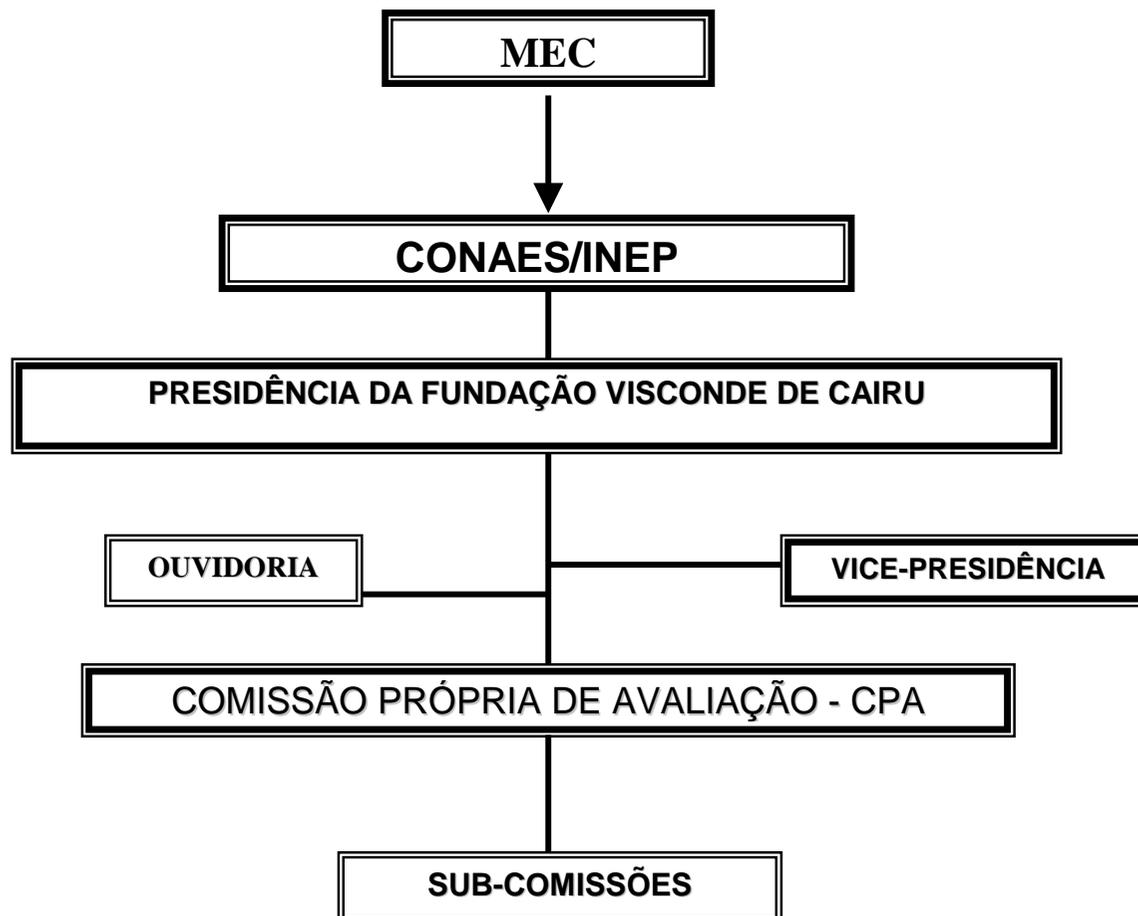
5.2 – A AUTO-AVALIAÇÃO OU AVALIAÇÃO INTERNA DA FUNDAÇÃO VISCONDE DE CAIRU – FVC

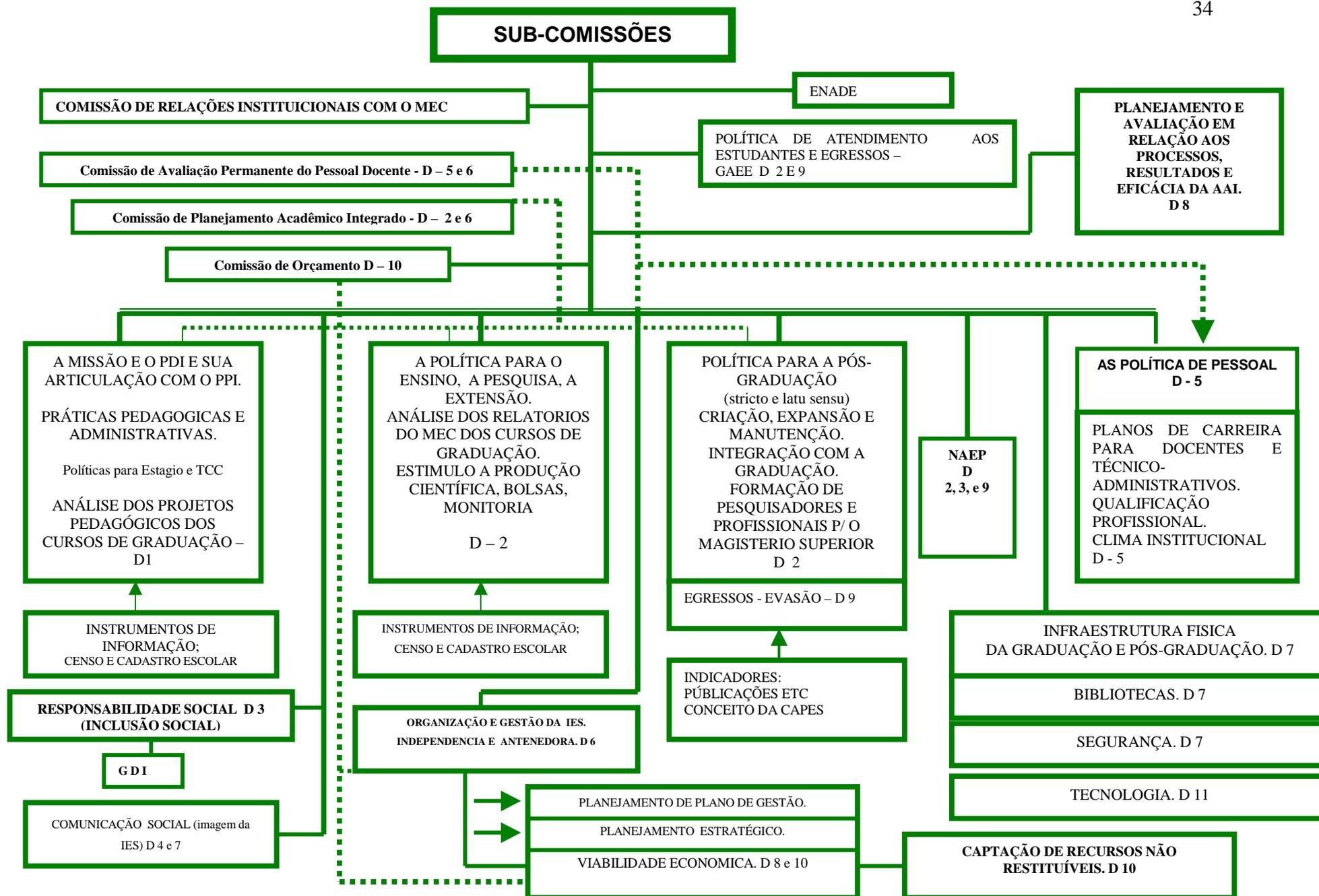
Baseado nas dimensões criadas pelo Sinaes criamos uma estrutura organizacional da CPA, constituindo as comissões que desenvolverão as ações no decorrer do período previamente estipulado, ou seja, no início do semestre de 2005. Temos inicialmente a seguinte sugestão como veremos na Figura 2, observando que esta pode sofrer modificações dependendo da necessidade que surgir⁶.

⁶ Estrutura Organizacional da CPA
Autora Luzia Viana da Fonseca

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CPA

Figura 2





No processo de auto-avaliação da FVC, em primeiro lugar, serão analisados os relatórios das avaliações externas realizadas pelo MEC, seguidos dos relatórios das avaliações internas feitas anteriormente através das Comissões de Avaliação da instituição ao longo destes últimos anos. A Comissão Própria de Avaliação fará o acompanhamento desde a implantação até o momento final da avaliação, orientando, dando sugestões, e, acompanhando de perto todo o processo avaliativo.

Este âmbito de avaliação requer a supervisão contínua de todos os setores e as atividades desenvolvidos na IES, o que se dará através da implementação de ações específicas para avaliação dos setores técnico-administrativos, de ensino, pesquisa e extensão, abrangendo a auto e hetero-avaliação e dando continuidade às ações já desenvolvidas na Fundação Visconde de Cairu.

A importância das avaliações externas é relevante para a Instituição, não apenas por serem exigências legais, mas por permitirem a prestação pública de contas à comunidade acadêmica e à sociedade mais ampla.

A avaliação interna abrangerá ações cíclicas:

- sensibilização da comunidade acadêmica, através de palestras e reuniões;
- elaboração/reestruturação dos instrumentos de avaliação para todos os segmentos da IES, contando com a participação dos segmentos envolvidos;
- aplicação dos instrumentos para os vários segmentos;
- tabulação dos dados da avaliação, registro e divulgação dos resultados;
- divulgação dos resultados para os vários setores, como subsídios ao planejamento de novas ações;
- discussão dos resultados e planejamento de ações corretivas;
- acompanhamento das ações para aprimoramento dos processos; g) meta-avaliação.

A aplicação de instrumentos para a coleta de informações dos vários setores e serviços ocorrerá a partir de agora cotidianamente e serão implantados mecanismos (site, e-mail, atendimento via telefone, caixas de sugestões e atendimento local) que garantam meios de acesso à comunidade acadêmica para oferecer outros indicadores de avaliação, quando necessário.

A avaliação interna do, ensino de graduação e da pós-graduação observará os padrões fixados pelo MEC em relação as 10 dimensões buscando-se analisar a articulação e interfaces propostas quanto ao ensino de graduação, da pós-graduação, as linhas de pesquisa e o programa de Iniciação Científica da IES e outros.

Os programas de extensão serão avaliados mediante análise dos projetos apresentados e relatórios emitidos, verificando-se o grau de atendimento às demandas da comunidade local e regional e o nível de interação e comprometimento dos setores da comunidade acadêmica. Os projetos de extensão, avaliados pelo setor competente, observarão os mesmos critérios além dos requisitos de viabilidade econômico-administrativa.

Os programas/projetos de pesquisa serão avaliados semestralmente, se necessário em menor espaço de tempo, após sua gradativa implantação, observando-se a qualidade e quantidade dos projetos e da produção científica, a abrangência do programa de iniciação científica e a sua articulação com as demandas locais e regionais.

O planejamento e a gestão serão avaliados, semestralmente, mediante critérios estabelecidos internamente, através de indicadores que abranjam processos, produtos e resultados, observando-se o equilíbrio entre a gestão administrativa e pedagógica.

Os dados coletados nestes vários setores receberão tratamento qualitativo-quantitativo, sendo repassados novamente para os responsáveis dos vários segmentos, de modo a subsidiar o planejamento e/ou replanejamento dos objetivos, metas e ações do setor. O acompanhamento da execução das ações e a verificação do alcance dos objetivos serão realizados pelo próprio setor, com suporte e orientação das Diretorias e acompanhamento contínuo da CPA.

A participação da comunidade acadêmica será fundamental para o desenvolvimento e aprimoramento da Proposta de Avaliação Institucional deverá ocorrer em vários momentos, por meio da Comissão de Avaliação e as sub-comissões por ela criadas na discussão dos parâmetros de avaliação, na definição dos instrumentos e técnicas para coleta de dados, no oferecimento de subsídios (respostas aos instrumentos de avaliação), na análise dos resultados da avaliação e de das ações para aprimoramento e na indicação de pontos de melhoria para o próprio sistema de auto-avaliação.

Os resultados das avaliações internas e externas já existentes, e as que serão internamente realizadas, serão sistematizados e analisados pela CPA que os repassará aos setores adequados enquanto subsídios para a revisão de seus programas, planos e quando os indicadores atingirem aspectos mais gerais, para a revisão do próprio Plano de Desenvolvimento Institucional.

6 – METODOLOGIA

A auto-avaliação da FVC será feita por uma abordagem qualitativas na grande maioria das vezes, mas com utilização da abordagem quantitativa, procurando-se fazer a conjugação das duas, por meio da consulta e análise secundários existentes na instituição. Já tendo vivido experiências com Avaliação Institucional a FVC procurará utilizar uma metodologia que não fuja dos padrões estabelecidos pelo MEC quando faz sua avaliação *in loco* em Instituições de ensino superior, ela procurará avaliar dentro das três dimensões que vemos na matriz orientadora representada no item 3.1.5.

A auto-avaliação da Fundação visconde de Cairu procurará durante os procedimentos de avaliação tomar os seguintes procedimentos:

- elaborar o P.P.I;
- elaborar um rol de variáveis representativas das diversas funções desenvolvidas no contexto institucional, cujos dados e informações deverão ser coletados ;
- definir sobre o conjunto de variáveis, de indicadores ou itens de controle da qualidade;
- estruturar uma base de dados onde serão armazenadas as variáveis e os indicadores de qualidade já definidos ;
- definir os períodos em que se deve proceder a coleta de dados e informações;
- estruturar uma base de dados contendo os Padrões de Qualidade estabelecidos pelo MEC, para as avaliações de cursos e instituições;
- comparar os níveis dos indicadores mensurados e aqueles fixados para o mesmo indicador, no MEC como mínimo aceitável, obtendo assim, o desvio do indicador de qualidade, tendo como referência temporal o período previsto para relaboração do PDI;
- analisar desvios obtidos, identificando as suas causas, produzindo assim, um diagnóstico da qualidade dos serviços educacionais prestados, com especial atenção para os desvios negativos (problemas), isto é, aqueles para quais o nível medido do indicador de qualidade da instituição encontra-se abaixo do valor encontrado no que o MEC se propõe, para o mesmo indicador;

Serão utilizados documentos e informações que permitam comparar ou ampliar as conclusões e inferências obtidas na avaliação qualitativa.

Os dados secundários a serem considerados dizem respeito aos quantitativos disponíveis na IES, nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, número de revistas ou livros editados, publicações, horas dedicadas a pesquisa, conceito da Capes, número de alunos matriculados, participação em eventos, cursos, treinamentos, número de funcionários, participação da sociedade na vida da instituição.

A abordagem qualitativa pressupõe a utilização de técnicas e instrumentos de informações mais profundas e úteis à avaliação, bem como facilitará uma maior participação dos indivíduos envolvidos,

tornando o próprio ato de avaliar um momento integralmente pedagógico e de potencialização dos recursos humanos.

Conjunto de dados e informações sobre o qual define-se as variáveis e indicadores de qualidade são:

O Projeto Pedagógico Institucional; o Projeto Pedagógico Institucional; os programas acadêmicos; cursos superiores profissionalizantes ou não, de graduação e de pós-graduação; registros acadêmicos; corpo docente; corpo técnico-administrativo; infra-estrutura: instalações físicas; laboratórios e biblioteca; programas de pesquisa e sua articulação com o ensino e a extensão; programas de extensão e sua articulação com o ensino e a pesquisa; programas de auto-avaliação institucional e de cursos.

A Avaliação proposta pelo Sinaes no primeiro instante será a auto-avaliação, para posteriormente a avaliação externa já no âmbito do MEC/INEP.

6.1 – Instrumentos de acompanhamento e controle

Este compromisso institucional deverá estar acompanhado da descrição dos *meios disponíveis* e dos *instrumentos de acompanhamento e controle* que utilizará para assegurar o cumprimento das metas propostas. Serão analisados o:

- PDI, que consiste numa carta de compromissos assumidos pela instituição com seus corpos dirigente, docente, discente e egressos, técnico-administrativo e o MEC, para atingir *metas institucionais* definidas sobre os *indicadores de qualidade*; o Projeto Pedagógico Institucional; a ser confeccionado;
- O Projeto Pedagógico Institucional (a ser elaborado);
- Os Projetos Pedagógicos dos cursos;
- Os documentos e relatórios das diversas avaliações anteriormente realizadas. Simultaneamente serão utilizadas os instrumentos como: questionário, entrevistas, auditorias, manuais do coordenador, do professor e outras.

OBS: Caso não haja estes manuais será sugerida a sua confecção.

7 – ESTRATÉGIA DE AÇÃO PARA A AUTO-AVALIAÇÃO DA FVC

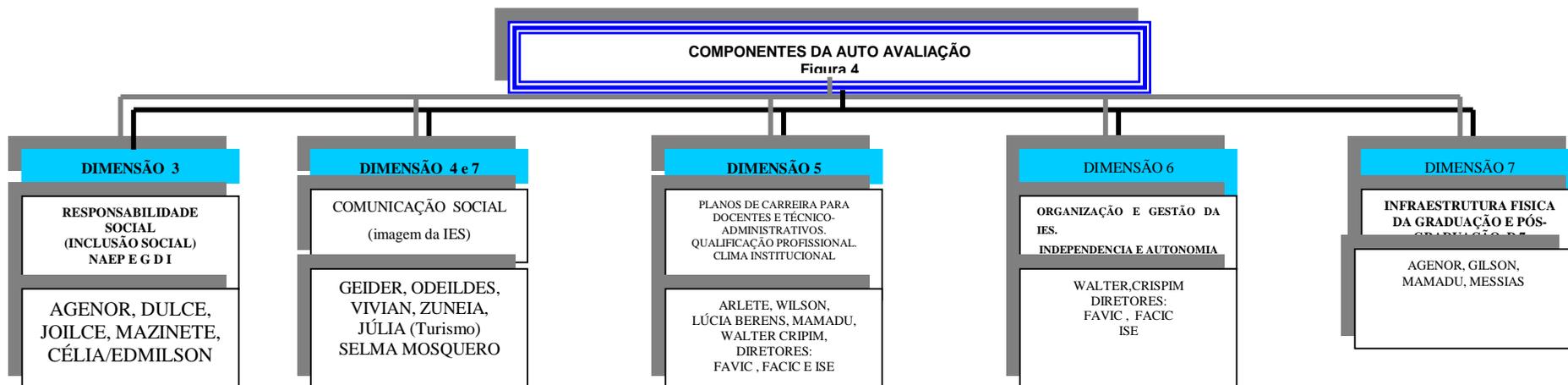
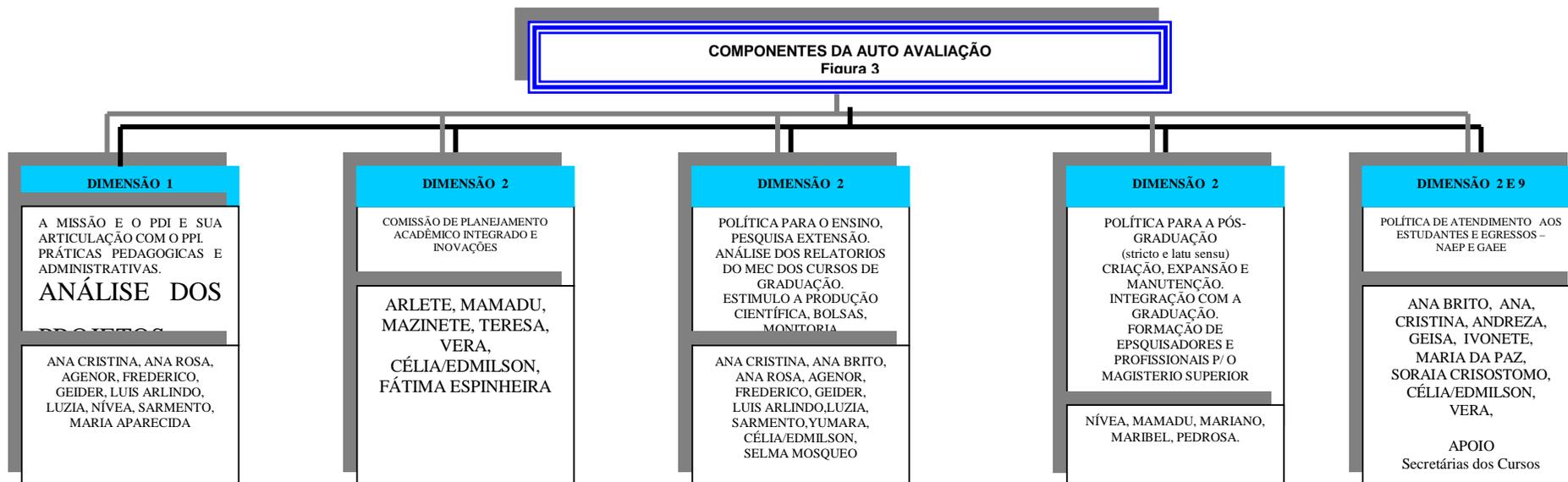
A CPA por orientação do Sinaes, está procedendo à sensibilização abrangendo os corpos docentes e discentes da graduação e da pós-graduação, os técnicos-administrativos, o pessoal de apoio, os egressos e outros.

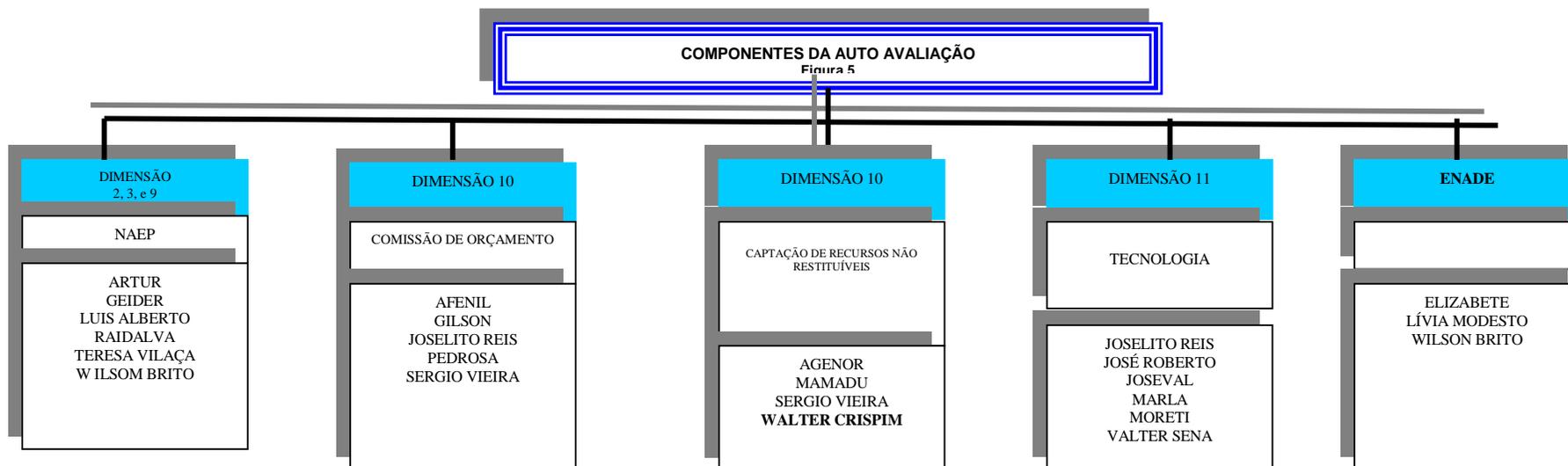
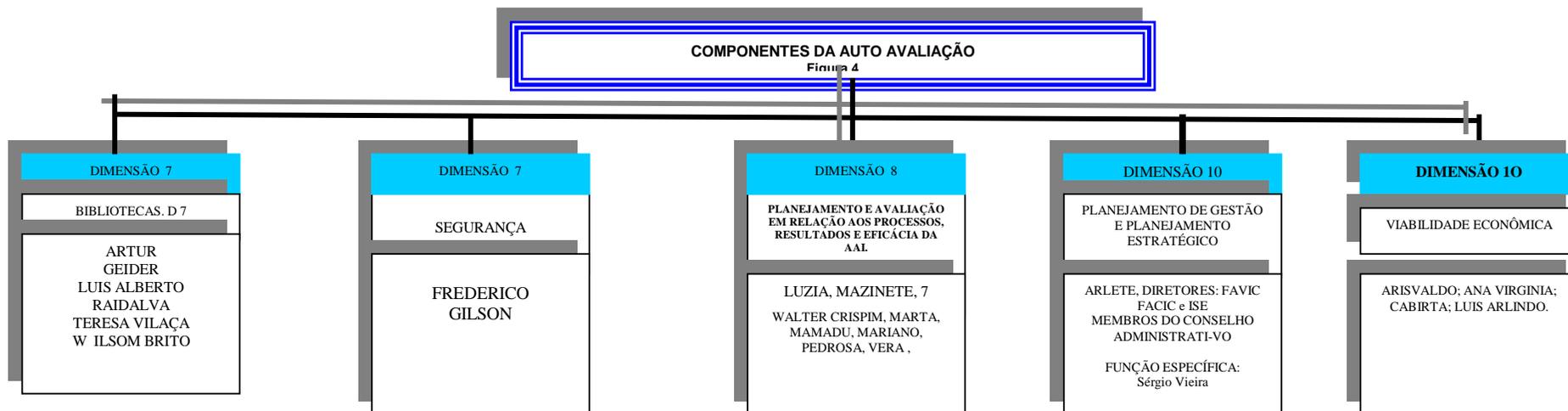
A importância a sensibilização tem sido algo que ultrapassa nossas expectativas, por vermos a aceitação de todos aqueles que pela primeira vez foram chamados para participar da auto-avaliação.

Estamos criando comissões tendo sempre por base as dimensões do Sinaes, para iniciar os procedimentos de avaliação logo na primeira semana de aula do semestre de 2006.

As comissões já estão formadas como se vê Nas Figuras 3, 4,5 e 6 baseadas nas 10 dimensões. O direcionamento que será dado a cada comissão, para que todos entre si se conheçam, e, o que é importante conheçam todos os membros das outras comissões, e, com elas participem ativamente de todo o processo de auto-avaliação como veremos na Figura 3.

Em nosso planejamento estamos construindo a dimensão 11, com a proposta de “Tecnologia”, mas que requer a aprovação da gestão da IES e seus pares.





Fonte: Criação própria
Luzia Viana da Fonseca

8 - RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

8.1 - HUMANOS

A Fundação Visconde de Cairu em seu processo de auto-avaliação utilizará seus próprios funcionários, tanto a nível de graduação, como pós-graduação a grande maioria deles com cursos de especialização *lato senso e strito senso* isto quando se refere a docentes. No que diz respeito a funcionários técnico-administrativos conta com a colaboração de todos aqueles envolvidos na secretaria de cursos, de direção, de coordenadores, pessoas da área de informática que tem dado um suporte constante, permanente, eficiente e eficaz desde o início da confecção do Projeto de auto-avaliação. O próprio *staff* da Instituição, quando em apenas dois dias preparou a sala para funcionamento da CPA, e, desde lá tem dado todo o apoio para que o projeto seja elaborado no tempo hábil, nas pessoas do Presidente, sua assessoria e Secretária.

8.2 - MATERIAIS

A mantenedora está à inteira disposição da CPA facilitando de forma inigualável o andamento dos procedimentos iniciais da auto-avaliação, inclusive preparou em tempo *record* a sala onde a comissão funciona equipando-a com dois computadores, uma impressora, mesa para reunião e mesas de apoio. Também colocou a disposição via empréstimo um *scanner* de alta-resolução caso seja necessário o seu uso.

A comissão e outros membros já foram contemplados com palestras e conferências sobre a nova sistemática de avaliação, todos pagos e subsidiados pela instituição.

No dia a dia todas as necessidades da CPA têm sido resolvidas com muito boa vontade pelos gestores da FVC.

9 CRONOGRAMA

10 META-AVALIAÇÃO

Analisar se todos os procedimentos da auto-avaliação foram adequadamente desenvolvidos na Fundação Visconde de Cairu tendo em vista:

- A adequação e efetividade do (plano estratégico) planejamento em geral da Instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- Os procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente da atividade educativas.

10.1 - Pontos a serem analisados pela própria CPA

A auto avaliação é um procedimento a ser conduzido pela CPA que deve em todas as instâncias conduzir todo o processo de avaliação institucional tendo por base o Novo sistema de avaliação SINAES, fazendo relação com as avaliações já ocorridas anteriormente, daí a necessidade que esta tem de acompanhar de perto quanto:

- ao planejamento de atividades da IES, verificando se este incorpora ações de melhoria contínua;
- verificar se existe uma relação entre a auto avaliação e o planejamento;
- procurar criar no decorrer do processo de auto-avaliação, as condições necessárias para uma avaliação efetiva;
- a colher e sistematizar as informações importantes disponíveis na IES por ocasião do desenrolar da auto-avaliação;
- verificar a participação de todos;
- as ações e mudanças imediatas como resultado do processo de auto-avaliação; e as
- as modificações incluídas no planejamento de futuras atividades;
- que questões foram mantidas e quais mudaram para continuidade do processo de auto-avaliação no âmbito do Sinaes;
- verificar se o processo de auto-avaliação permitiu gerar juízo a críticos sobre a Instituição.

11 - RESULTADOS PRETENDIDOS NA AUTO-AVALIAÇÃO E AVALIAÇÕES EXTERNAS

Os resultados da auto-avaliação irão **representar a visão dos vários segmentos** da comunidade acadêmica da FVC: coordenadores de curso; professores; acadêmicos e funcionários. Vale a ressalva, porém, que cada segmento ou parcela dos setores possuem **opiniões diferentes sobre os aspectos avaliados**, que devem ser analisadas e ponderadas, pois *não constituem em si a verdade objetiva*, mas a visão coletiva ou parcelar sobre setores, serviços e processos. Contudo, parte-se do pressuposto, de que quem constrói o dia-a-dia da FVC tem condições privilegiadas de indicar os pontos fortes da Instituição e aqueles que devem ser melhorados, fortalecendo o processo de auto-avaliação.

Para tanto, é fundamental que seja desenvolvida gradativamente uma “**cultura de avaliação**” que permita a todos os membros da comunidade acadêmica perceberem a importância da avaliação contínua e a necessidade de agir sobre seus resultados.

Os resultados (da auto-avaliação) encontrar-se-ão ao término da avaliação na biblioteca, nas coordenações de curso da IES, na direção da faculdade, e, será dado conhecimento, através de publicação específica, jornal informativo e outros. Também, para sua comodidade e com o intuito de facilitar, ainda mais, o acesso aos resultados pela comunidade e por outras IES, disponibilizamos para consulta, através do site da CPA da FVC.

Para finalizar, enfatizamos que a Fundação Visconde de Cairu, com seus 100 (cem) anos de vida, justifica sua existência na medida em que oferece à comunidade elevado padrão de ensino, de pesquisa e

de extensão em algumas áreas do saber. Há, sem dúvida, uma meta de excelência a ser preservada e/ou recuperada. Na medida em que o processo avaliativo for incorporado à dinâmica da gestão acadêmica e administrativa, melhor se delineará o perfil da Instituição, melhor se distinguirão as vocações para as quais, por tradição, tende a se inclinar nas diversas áreas do conhecimento na FVC, nos seus 100(cem) anos de construção de alicerces.

12 – REFERÊNCIAS

- BRITO DA SILVA, Eurides. Centros Universitários: aspectos legais, pedagógicos e administrativos. Estudos, Brasília: ABMES, Ano 15, nº20, pp. 9-22, 1997.
- FONSECA, Luzia Viana. A pesquisa e a extensão na formação acadêmicas dos profissionais da contabilidade. Encontro de professores de contabilidade. São Paulo, 2001.
- FONSECA, Luzia Viana e VASCONCELOS Yumara Lúcia: O Balanced Scorecard influenciando na gestão de uma Instituição de Ensino superior (Artigo) Publicado na Revista de Contabilidade nº 30, dezembro, 2005.
- GROSSI, Ester (2000). “LDB – Lei de Diretrizes e bases da Educação, Lei 9.394/96” 3 ed. Rio de Janeiro.
- LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam / Iria Brzezinski (Organizadora). 4 ed. São Paulo. 2000.
- LIBÂNEO, José Carlos. “*Democratização da Escola Pública – A pedagogia crítico social dos conteúdos*” (1999)). Coleção Educar. Edições Loyola. São Paulo.
- LOBO E SILVA FILHO, Roberto Leal. Gestão, financiamento e avaliações de Qualidade nas instituições universitárias. Estudos, Brasília: ABMES, ano 15, nº 18, pp. 85-97, 1997.
- MARQUES, Juracy C.(1978) ‘*A Aula como um processo – um programa de auto-ensino*’. Ed Globo, Rio de Janeiro.
- TEIXEIRA, J.B.. O planejamento estratégico nas instituições brasileiras. Educação Brasileira, v.17, nº 35, pp. 201-210, Brasília, 1995.
- HORTA, Cecília Eugenia Rocha. A Avaliação em busca de uma alternativa Inovadora (Introdução). Estudos, Brasília, nº 13, 1992, pp. 11-12.
- KOTLER, Philip e FOX, Karen F.A.. Marketing Estratégico para Instituições Educacionais. São Paulo: Atlas, 1994.
- SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação superior: da concepção à regulamentação/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2.ed., ampl. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.
- _____. Roteiro de Auto-Avaliação Institucional – Orientações Gerais. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: - DF, 2004.
- SOUZA, Paulo Natanael Pereira de e SILVA, Eurides Brito da Silva. (1997) “*Como Entender e Aplicar a Nova LDB*”. Pioneira Educação. São Paulo.
- SUANNO, Marilza Vanessa Rosa. Auto-Avaliação Institucional. Princípios e Metodologia do Grupo Focal. Artigo. Goiânia, 2002.